

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

10,0



**Prefeitura e Classes Populares:**  
Um estudo sobre as administrações municipais de Djalma Maranhão  
(1956-1959/1960-1964)

**Isa Paula Zacarias Ribeiro**

NATAL/2003.2

**ISA PAULA ZACARIAS RIBEIRO**

**Prefeitura e Classes Populares:**  
Um estudo sobre as administrações municipais de Djalma Maranhão  
(1956-1959/1960-1964)



*Monografia apresentada à disciplina Pesquisa Histórica II, ministrada pela professora Denise Mattos Monteiro, do curso de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, sob a orientação do professor Raimundo Nonato Araújo Rocha, para obtenção do título de Bacharel e Licenciado em História.*

NATAL/2003

Aos meus pais, Ribeiro e Vera.

Aos meus irmãos, Marcos e Hugo.

A Teté.

A Regina (em memória).

## **AGRADECIMENTOS**

A minha família, pelo apoio e incentivo.

Aos professores do curso de História, em especial, ao meu orientador, professor Raimundo Nonato, pela paciência, compreensão e dedicação em todo percurso da pesquisa, e a professora Aurinete pela revisão das normas bibliográficas.

A Mailde Pinto Galvão, pela infinita generosidade em contribuir para a pesquisa histórica, com seu depoimento. Sem ela, não teria sido possível dar continuidade a este trabalho.

Aos demais entrevistados: Omar Pimenta, Roberto Furtado, Ticiano Duarte e Moacyr de Góes. Suas memórias foram fundamentais para o trabalho.

Ao professor Willington Germano e a professora Ninam (CEFET) pelas orientações e material cedido.

Aos amigos, Jane, Djenane e Sandrinho, que sempre estiveram presentes nas horas difíceis.

Aos amigos do curso de História: Sayonara, Raquel, Jago, Geórgio e Liliam e, em especial, Michelle e Fabiano, pelos ótimos momentos vividos durante esses anos, e a toda turma que ingressou junto comigo em 1999.

## **LISTA DE ABREVIATURAS**

ANL – Aliança Nacional Libertadora

MCP – Movimento de Cultura Popular

MEB – Movimento de Educação de Base

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PDC – Partido Democrata Cristão

PP – Partido Popular

PR – Partido Republicano

PRP – Partido Republicano Progressista

PSD – Partido Social Democrata

PSN – Partido Social Nacionalista

PSP – Partido Social Progressista

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

PTN – Partido Trabalhista Nacional

UDN – União Democrática Nacional

UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

UNICEF – United Nations children’s Fund – Fundo das Nações Unidas para a Infância

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>6</b>
<b>CAPÍTULO 1 AS ALIANÇAS E ARTICULAÇÕES POLÍTICAS QUE LEVARAM DJALMA MARANHÃO A CHEFE DO EXECUTIVO MUNICIPAL DE NATAL</b>	<b>13</b>
<b>CAPÍTULO 2 PREFEITURA E SETORES POPULARES: A PRIMEIRA ADMINISTRAÇÃO DE DJALMA MARANHÃO</b>	<b>22</b>
<b>CAPÍTULO 3 OS ENCAMINHAMENTOS FAVORÁVEIS ÀS CLASSES POPULARES NAS ADMINISTRAÇÕES DE DJALMA MARANHÃO</b>	<b>32</b>
<b>CONCLUSÃO</b>	<b>39</b>
<b>FONTES E BIBLIOGRAFIA</b>	<b>42</b>

## INTRODUÇÃO

Este trabalho tem por objetivo analisar a relação entre a Prefeitura e o povo durante as duas administrações de Djalma Maranhão à frente do executivo natalense: 1956 a 1959 e 1960 a 1964. Investigar a relação entre *Prefeitura e povo* exige que estabeleçamos inicialmente o que está sendo considerado em cada um dos conceitos. Decidimos trabalhar com Prefeitura por consideramos que a expressão contempla a estrutura de poder responsável pelo executivo municipal. Optamos por usar a expressão povo em virtude de Djalma Maranhão, em várias de suas mensagens, usá-la para identificar os setores da cidade do Natal menos favorecidos economicamente. Para Maranhão era povo: os trabalhadores de baixa renda; os desempregados e biscateiros; os moradores dos bairros da periferia que não possuíam acesso a serviços públicos básicos, tal como a educação; os que não faziam parte das oligarquias tradicionais que dominavam a política local<sup>1</sup>.

Estudar Djalma Maranhão não foi uma opção repentina. Quando chegamos a Natal na década de 1990, proveniente do Rio de Janeiro, começamos a participar do movimento estudantil secundarista e a conhecer um pouco da cidade. Aos poucos fomos percebendo a grande referência que Djalma Maranhão representava para a população local, em particular, para os jovens envolvidos no movimento estudantil secundarista. Durante o curso de História tivemos acesso aos métodos de investigação historiográfica e resolvemos transformar Djalma em objeto de pesquisa.

Nesse sentido, inicialmente, fizemos um levantamento, nas bibliotecas e nos programas de pós-graduação da UFRN, tentando detectar o que havia sido produzido sobre o tema. Como resultado da investigação, encontramos vários trabalhos sobre Djalma Maranhão, todos eles demarcados temporalmente entre os anos de 1960 e 1964 – período de sua segunda administração. Esses trabalhos não se referiam apenas à administração de Djalma Maranhão, mas a diversas relações que o mesmo mantinha na cidade de Natal.

Caracterizando mais especificamente os trabalhos encontrados, podemos afirmar que as investigações dedicadas a Djalma Maranhão o enfocam a partir de dois grandes temas: o primeiro, como importante líder político de esquerda dos anos de 1960, que foi preso pelo regime militar e morreu no exílio em 1971; e o segundo, destaca as ações do líder na

---

<sup>1</sup> Os autores que têm estudado as administrações de Djalma têm caracterizado o povo, no sentido explicitado pelo ex-prefeito, de diferentes formas. Germano, por exemplo, em determinadas ocasiões se refere às classes populares, em outras aos setores populares. Assim, o povo nesse trabalho terá o sentido acima explicitado, mas em alguns momentos ele poderá ser identificado com a conceituação de Germano.

prefeitura naquela época. Em contrapartida, observamos que pouca atenção é dedicada ao período de sua primeira administração, 1956 a 1959.

Durante sua segunda administração, Djalma Maranhão estabeleceu diretrizes governamentais voltadas às classes menos favorecidas. Nesse sentido, desenvolveu algumas campanhas populares, construiu obras destinadas a abrigar promoções culturais e realizou eventos de cultura. No tocante às campanhas populares, destacou-se a Campanha *De Pé no Chão Também se Aprende a Ler*, que almejava a alfabetização de jovens e adultos. No que se refere às construções voltadas à promoção da cultura popular, edificou Praças de Cultura, Galeria de Artes, Museu de Arte Popular, Bibliotecas Populares. No que diz respeito à promoção de eventos culturais, foram realizados Festivais de Folclore e Feira de Livros.

Essas ações de Maranhão terminaram por favorecer a produção de estudos sobre o tema. Assim, nos acervos da Biblioteca Central Zila Mamede, no Núcleo de Estudos Históricos e nas Bibliotecas Setoriais de Ciências Sociais e de Educação, da UFRN, encontramos muitos desses trabalhos. Os estudos encontrados versavam sobre Djalma Maranhão, sobre as ações de sua administração municipal em 1960. São trabalhos produzidos por acadêmicos, por amigos, por familiares, por pessoas que fizeram parte do governo de Djalma Maranhão e memórias do próprio Djalma, publicados durante as décadas de 1980 e 1990 e nos anos de 2000 e 2002.

Entre os trabalhos produzidos dentro da universidade, encontramos várias análises específicas sobre a Campanha *De Pé no Chão Também se Aprende a Ler* e investigações que se dedicaram a campanhas populares diversas ocorridas nos anos de 1960. No tocante aos trabalhos que enfocam particularmente a campanha *De Pé no Chão* merecem destaque os de Germano (1982), Silva (1999), Carvalho (2000) e Moura (2002)<sup>2</sup>.

O primeiro trabalho acadêmico a estudar a Campanha foi produzido pelo professor José Willington Germano em sua Dissertação de Mestrado, *Lendo e Aprendendo: a campanha De Pé no chão* (1982). Na obra o autor tece uma discussão sobre política e educação na década de 60, inserindo a campanha De Pé no Chão dentro desse contexto. Discutem a

<sup>2</sup> GERMANO, José Willington. *Lendo e aprendendo: a campanha de pé no chão*. São Paulo: Autores Associados; Cortez, 1982. (Coleção teoria e prática sociais).

SILVA, Maria da Guia de Souza. *Djalma Maranhão ou semeador de utopias da transformação social*. 1999. Dissertação (Mestrado em Educação) – UFRN, Natal, 1999.

CARVALHO, Maria Elizete Carvalho. *Memórias da campanha de pé no chão...1961-1964: o testemunho dos participantes*. 2000. Tese (Doutorado) – UFRN, Natal, 2000.

MOURA, Francisca Zuilma Rocha de. *Mensageiros da transformação: a educação popular no Rio Grande do Norte (1960-1964)*. 2002. Monografia (Graduação em História) – Departamento de História – UFRN, Natal, 2002.

política no Rio Grande do Norte, as eleições de 1960 para governo estadual e municipal, a campanha *De Pé no Chão*: suas origens, objetivos, organização, desenvolvimento e término, além de uma discussão sobre as bases conceituais da campanha.

A professora Maria da Guia de Souza Silva em sua Dissertação de Mestrado – *Djalma Maranhão ou o Semeador de Utopias de Transformação Social* (1999) – faz um estudo biográfico sobre Djalma Maranhão, reconstituindo aspectos da trajetória de Djalma, enfatizando a sua atuação como esportista, jornalista, sobretudo sua militância política como prefeito de Natal (1956-1959/1960-1964).

A Tese de Doutorado da professora Maria Elizete Guimarães Carvalho – *Memórias da Campanha De Pé no Chão... 1961-1964 – O Testemunho dos Participantes* (2000) –, trabalha com o depoimento dos organizadores, professores, alunos e da comunidade da vila de Ponta Negra, atores importantes da Campanha e, através da memória desses participantes reconstrói a campanha De Pé no Chão.

Francisca Zuilma de Moura, em sua monografia de conclusão do curso de História da UFRN – intitulada *Mensageiros da Transformação: a educação popular no Rio Grande do Norte - 1960-1964* (2002) – faz um estudo comparativo acerca dos três movimentos de educação popular desenvolvidos no Rio Grande do Norte na década de 1960, a saber: *De Pé no Chão*, o MEB (Movimento de Educação de Base) e *Às 40 horas de Angicos* – Método Paulo Freire.

Existem também os trabalhos que se dedicam a estudar os movimentos de educação popular na década de 1960 em geral. Ao estudar esses movimentos, tais trabalhos analisam também a campanha *De Pé no Chão*. Podemos destacar três trabalhos com essas características: *Educação Popular e Educação de Adultos*<sup>3</sup> de autoria da professora Vanilda Paiva (1987), na qual trata das origens, da estrutura do movimento, das atividades; *Estudantes e Política: estudo de um movimento (RN: 1960-1969)*<sup>4</sup> escrito por Justina Iva (1989) trata, entre outros assuntos, do envolvimento dos estudantes secundaristas e universitários na campanha *De Pé no Chão* e a participação de Djalma junto aos estudantes nas lutas nacionalistas do período; *Cultura e Educação Popular: memórias dos anos 60*, de Osmar

---

<sup>3</sup> PAIVA, Vanilda Pereira. *Educação popular e educação de adultos: contribuição à história da educação brasileira*. 5.ed. São Paulo: Edições Loyola, 1987.

<sup>4</sup> SILVA, Justina Iva de Araújo. *Estudantes e política: estudo de um movimento (RN 1960-1969)*. São Paulo: Cortez, 1989.

Fávero (1983)<sup>5</sup>. O autor reúne uma série de documentos importantes sobre cultura e educação popular dos vários movimentos populares, entre eles o De Pé no Chão.

No tocante aos estudos produzidos fora da academia, encontramos trabalhos de pessoas próximas a Djalma ou que fizeram parte de seu governo e memórias pessoais do próprio Djalma. Destacamos os trabalhos de Marcos Maranhão (filho do ex-prefeito), Mailde Pinto Galvão (diretora da DDC - Diretoria de Documentação e Cultura da Prefeitura de Natal na segunda administração de Djalma Maranhão) e do professor Moacyr de Góes (Chefe de Gabinete na primeira e Secretário de Educação na segunda administração de Djalma Maranhão).

Marcos Maranhão<sup>6</sup>, filho do ex-prefeito, reuniu em *Discursos Parlamentares* alguns discursos de Djalma Maranhão quando este era Deputado Federal, mostrando assim seu pensamento político.

Mailde Pinto Galvão<sup>7</sup>, que durante a segunda administração foi titular da Diretoria de Documentação e Cultura realizou trabalho voltado à cultura popular articulado com o De Pé no Chão, escreveu *1964: Aconteceu em Abril*. Neste trabalho a autora reconstitui os acontecimentos do dia 1º de abril, quando o regime militar foi decretado, no qual foi envolvida, sendo presa e interrogada, enfatizando os acontecimentos na Prefeitura, as prisões e a figura de Djalma nesse processo.

O professor Moacyr de Góes<sup>8</sup> (Chefe de Gabinete na primeira administração e Secretário da Educação na segunda), foi um dos idealizadores da campanha. São dele duas obras importantes que tratam de Djalma, da segunda administração e da Campanha de Pé no Chão. A primeira, *De Pé no Chão Também se Aprende a Ler (1961-1964): uma escola democrática* (1991), na qual o autor trata da política em Natal e no Rio Grande do Norte a partir dos anos 30, o surgimento do *caféismo* até 1960, o surgimento de Djalma na política, os movimentos de educação surgidos e a Campanha, suas origens, objetivos, características e término.

O outro livro de Góes foi publicado durante a comemoração dos 400 anos da cidade de Natal, em 2000, e é intitulado *2 Livros de Djalma Maranhão no Exílio*<sup>9</sup>. O livro é introduzido com um panorama geral no Brasil e no Rio Grande do Norte a partir dos anos 30, com uma

---

<sup>5</sup> FÁVERO, Osmar (Org.). *Cultura popular e educação popular: memória dos anos 60*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

<sup>6</sup> MARANHÃO, Marcos. *Pensamento político: discursos parlamentares*. Natal: CERN, 1985.

<sup>7</sup> GALVÃO, Mailde Pinto. *1964: aconteceu em abril*. Natal: Clima, 1994.

<sup>8</sup> GÓES, Moacyr. *De pé no chão também se aprende a ler (1961-1964): uma escola democrática*. 2.ed. São Paulo: Cortez, 1991.

<sup>9</sup> Id., *2 Livros de Djalma Maranhão no exílio*. Natal: Artiprint, 2000.

análise genérica sobre alguns discursos proferidos por Djalma Maranhão e com memórias pessoais do professor Moacyr de Góes. Após essa introdução a obra está dividida em duas partes. Na primeira, *A Campanha De Pé no Chão Também se Aprende a Ler*, Góes registra memórias pessoais de Djalma Maranhão sobre a campanha. Na segunda – *Memórias de 64* – Góes transcreve as memórias de Djalma sobre a política brasileira, a administração municipal em Natal, manifestos e poesia. As memórias também estão reunidas em *Cartas de um Exilado*. Nessa obra estão reunidas as cartas de Djalma Maranhão enviadas do exílio a parentes e amigos.

Todos esses estudos demonstram que o período 1960/64 tem sido estudado. A razão para tais estudos pode se concentrar na riqueza política daquele momento, tanto para o Brasil como para Natal. Todavia, o período 1956/59 é também caracterizado por grandes mudanças que ocorreram no país e na cidade depois da II Guerra Mundial.

A II Guerra modificou bastante a vida na cidade de Natal, em particular. A população cresceu com a vinda dos americanos, a cidade se modificou com as construções da Base Naval do Alecrim, da Base Aérea em Parnamirim e dos conjuntos habitacionais para atender os militares; o aeroporto passou a ter um fluxo muito maior de passageiros. Além disso, mudanças de hábitos, o consumo dos produtos americanos e o gosto pela cultura americana, sua literatura, filmes, mudança no vestuário. E mesmo com o fim da guerra a cidade continuou a receber visitantes.

Dessa forma não encontramos uma justificativa plausível para a disparidade de estudos entre os dois períodos. De maneira idêntica não encontramos justificativa para não haver praticamente estudos sobre a primeira administração de Djalma Maranhão. Se considerarmos que as duas administrações do prefeito foram geridas por um grupo muito semelhante de assessores e diretriz, podemos ratificar que necessário se faz à produção de estudos que envolvam também a primeira administração.

Tentando suprir essa lacuna nosso estudo se concentra na tentativa de estabelecer um paralelo entre as duas administrações de Djalma Maranhão. Mais especificamente analisaremos em que consistiu a relação original, tão propagada em diversos trabalhos, entre prefeito e povo. O que tem sido afirmado na literatura é que Djalma Maranhão foi o único prefeito de Natal a voltar sua administração para os interesses das classes populares. Assim sendo estamos interessados em descobrir a natureza dessa relação e as semelhanças que existem entre as duas administrações nessa questão específica.

Para realizar nosso estudo usamos como fontes documentais o jornal *A República* (1956-1959), o *Jornal de Natal* (Jul/Dez 1958) e depoimentos orais prestados por ex-assessores de Djalma Maranhão no período em que ele foi prefeito de Natal.

Fomos obrigados a buscar a História Oral diante do pouco material encontrado sobre a primeira administração. Porém, para trabalharmos com História Oral é necessário entender as relações entre memória e história, pois “a responsabilidade documental da história oral é que dá sentido à memória como tema para a história”.<sup>10</sup>

Para Louis Gottschalk:

apenas uma parte do que foi observado no passado é lembrado; apenas uma parte do que foi lembrado é gravado; apenas uma parte do que foi gravado sobrevive; apenas uma parte do que sobrevive chama a atenção dos historiadores; apenas uma pequena parte do que chama atenção é crível; apenas uma parte do que é crível é percebido; apenas uma pequena parte do que é percebido pode ser apreendido ou narrado pelo historiador.<sup>11</sup>

É fundamental perceber que a memória é a lembrança subjetiva e selecionada de fatos concretos. São memórias individuais ou coletivas. E para a história oral “a memória individual só tem sentido em função de sua inscrição no conjunto social das demais memórias”.<sup>12</sup> Assim, buscamos informações sobre Natal e sobre a primeira administração de Djalma Maranhão por meio de entrevistas. Foram entrevistados contemporâneos de sua época e que fizeram parte de suas administrações, a saber: Mailde Pinto Galvão (Diretora de Documentação e Cultura na segunda gestão); Omar Pimenta (Assessor Técnico do Ensino Municipal na primeira gestão); Roberto Furtado (Secretário de Negócios Internos e Jurídicos na primeira administração e, na segunda, Secretário de Finanças); Ticiano Duarte (Diretor do Ensino Municipal na primeira administração; Chefe de Gabinete na segunda); e Moacyr de Góes (Chefe de Gabinete na primeira administração e Secretário de Educação na segunda). Essas entrevistas foram fundamentais para a pesquisa, pois a partir das informações obtidas pudemos confrontá-las com as informações dos jornais.

Após o conhecimento teórico acerca da memória e da História Oral, por meio da leitura de uma bibliografia específica: *Variações sobre técnica de gravador no registro da informação viva*, de Maria Isaura Queiroz; *Manual de História Oral* de José Carlos Sebe

<sup>10</sup>MEIHEY, José Carlos Sebe Bom. *Manual de História Oral*. 4.ed. São Paulo: edições Loyola, 2002.p.53.

<sup>11</sup>GOTTSCHALK, Louis apud *Ibidi*. p.54.

<sup>12</sup> *Ibidi*. p.54.

Meihey, e *Memória e sociedade: lembranças de velhos* de Ecléa Bosi<sup>13</sup>, fomos à prática. Com as entrevistas confirmadas, partimos com um roteiro de perguntas direcionado. As entrevistas foram gravadas e transcritas.

Por último, uma bibliografia específica sobre o Rio Grande do Norte<sup>14</sup>: *Introdução à história do Rio Grande do Norte*, de Denise Mattos Monteiro; *A (re)invenção do lugar, Rosados e o "País de Mossoró*, de José Lacerda Felipe; *Uma síntese da abertura política no Rio Grande do Norte*, de Sérgio Bezerra Trindade; *A reforma política no Brasil & outros ensaios*, Homero Oliveira Costa; *A aposta de Luiz Ignácio Maranhão Filho – cristãos e comunistas na construção da utopia*, de Maria Conceição Pinto de Góes. É interessante ressaltar também que sobre a política do Rio Grande do Norte encontramos informações, geralmente, em livros de memórias como *Vertentes* de João Maria Furtado e *Majó Theodorico, o Imperador do Sertão* de Lauro Bezerra.<sup>15</sup>

O trabalho está estruturado em três capítulos. O primeiro discute as articulações nacionais e locais que levaram Djalma Maranhão a Chefe do Executivo Municipal de Natal. O segundo capítulo analisa a 1ª Administração de Djalma Maranhão à frente da Prefeitura de Natal, percebendo os vínculos que o governo estabeleceu com as classes populares. E o terceiro capítulo estabelece a relação entre as duas administrações de Djalma Maranhão, percebendo os encaminhamentos favoráveis às classes populares.



<sup>13</sup> QUEIROZ, Maria Isaura de. *Variações sobre técnica de gravador no registro da informação viva*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1991.

MEIHEY, José Carlos Sebe Bom. *Manual de história oral*. 4.ed. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

<sup>14</sup> MONTEIRO, Denise Mattos. *Introdução à história do Rio Grande do Norte*. Natal: EDURN, 2000.

FELIPE, José Lacerda Alves. *A (re)invenção do lugar: os Rosados e o "País de Mossoró"*. João Pessoa: Grafiset, 2001.

TRINDADE, Sérgio Luiz Bezerra. *Uma síntese da abertura política no Rio Grande do Norte*. Natal: Departamento Estadual de Imprensa, [s.d].

COSTA, Homero de Oliveira. *A reforma política no Brasil & outros ensaios*. Natal: Sebo Vermelho, 2001.

GÓES, Maria Conceição Pinto de. *A aposta de Luís Ignácio Maranhão Filho: cristãos e comunistas na construção da utopia*. Rio de Janeiro: Reavan, Ed. da UFRJ, 1999.

<sup>15</sup> FURTADO, João Maria. *Vertentes: memória*. Rio de Janeiro: Graf. Olímpica, 1976.

BEZZERA, Lauro Gonçalves. *Majó Theodorico, o imperador do sertão*. Natal: RN/Econômico, 1982.

## CAPÍTULO 1

### As alianças e articulações políticas que levaram Djalma Maranhão a Chefe do Executivo Municipal de Natal

O objetivo deste capítulo é analisar as alianças e articulações políticas que levaram Djalma Maranhão à Prefeitura de Natal.

Djalma Maranhão foi uma importante liderança política, nos anos de 1950 e 1960, no Rio Grande do Norte. Todavia, pode-se afirmar que Maranhão consolidou essa liderança em 1960 quando venceu as primeiras eleições para prefeito de Natal. Anterior a 1960 cumpriu um mandato de três anos como prefeito nomeado.

Djalma Maranhão iniciou sua trajetória política, no início dos anos de 1930, aos 14 anos de idade. Foi para São Paulo onde participou da Revolução de 35, na qual foi preso e expulso do exército. “Nunca se soube como, nem porquê, em 1932, Djalma Maranhão, [...], entrou em casa e avisou a todos: Vou alistar-me nas forças revolucionárias, Vou pra São Paulo, vou embora”.<sup>16</sup> Segundo Góes<sup>17</sup>, provavelmente foi em São Paulo, que Djalma Maranhão teve os primeiros contatos com a ANL e com o PCB. Dessa forma, quando Maranhão voltou para Natal, em 1937<sup>18</sup>, passou a exercer a militância política, inicialmente através do jornalismo.

Como jornalista trabalhou e colaborou em vários jornais e revistas norte-rio-grandenses, atuando em diversas funções e escrevendo sobre os mais diversos temas. Assim, foi repórter, revisor, secretário e redator. Entre os jornais e revistas que ele atuou pode-se destacar: “*Gazeta* (1937) e *Expressão* (1938), ambos da cidade de Macau; a *Revista Juriti* (1938), [...]; *Revista Novidades* (1939); [e] o semanário esportivo *O Atleta* (1938-1939)”<sup>19</sup> destinado aos segmentos esportivos, com o objetivo de divulgar, incentivar e organizar as práticas esportivas.

A partir de 1939 tornou-se repórter e revisor do jornal *A República*. Nesse mesmo ano, a 18 de setembro, deixou *A República* e participou da fundação do jornal *O Diário*, que posteriormente, em 1945, foi vendido aos *Diários Associados*. A principal razão para Djalma Maranhão ter ido trabalhar no Diário foi a necessidade que tinha de expor suas idéias, o que n’*A República* era extremamente difícil, na medida em que o jornal era controlado pelo

<sup>16</sup> GÓES, M.C.P. *A aposta de Luís Ignácio Maranhão Filho*. p.44.

<sup>17</sup> *Ibid.* p.47

<sup>18</sup> Não é possível afirmar com exatidão que Djalma Maranhão retornou a Natal em 1937. Os trabalhos que o analisam afirmam que em 1937 ele já estava em Natal. É também a partir de 1937 que encontramos os seus primeiros escritos. Assim sendo, tudo leva a crer que essa foi a data de seu retorno.

<sup>19</sup> SILVA, M.G.S. *Maranhão ou semeador de utopias da transformação social*. p.52.

Governo do Estado. Foi a partir dessa liberdade que ele pode escrever no Diário suas idéias sobre a II Guerra Mundial e sua posição contrária em relação à participação brasileira no conflito.

Entretanto, foi no *Jornal de Natal* e na *Folha da Tarde* que Djalma Maranhão pôde expressar suas idéias com plena independência. Nesses jornais ele atuava como diretor e podia imprimir seu pensamento não apenas nos seus textos, mas na própria concepção que norteava os jornais. Essa independência conquistada nesses jornais estava relacionada aos objetivos políticos desses órgãos de divulgação. O *Jornal de Natal* (outubro de 1950 até início dos anos de 1960), de propriedade de Café Filho, foi fundado com o intuito de publicar atividades desenvolvidas por lideranças vinculadas ao PSP.

O *Folha da Tarde* (abril de 1959 a março de 1964), era um jornal do próprio Djalma que tinha três objetivos básicos: divulgar as ações que ele realizava à frente da Prefeitura de Natal; discutir temas nacionalistas e; finalmente, destinar espaços na imprensa para que o movimento estudantil da época pudesse se expressar.

Esses jornais foram uns dos principais veículos de divulgação das idéias de Djalma, que pregava o nacionalismo e o combate ao latifúndio e ao imperialismo.

No tocante à política partidária propriamente dita, a trajetória de Djalma Maranhão apresenta muitas peculiaridades. Foi militante do PCB, junto com seu irmão Luís Ignácio Maranhão, até o fim do Estado Novo<sup>20</sup>. Com a redemocratização do país, em 1946, a legalidade constitucional foi retomada. Assim, eleições presidenciais foram realizadas, foi elaborada uma nova Constituição e foram criados partidos políticos nacionais fortes<sup>21</sup>. Essa nova configuração partidária nacional influenciou fortemente a política aqui no Rio Grande do Norte.

Nesse sentido, os partidos nacionais que passaram a ter lideranças no Rio Grande do Norte foram a UDN e o PSD. Aqui no estado a UDN e o PSD surgiram a partir de uma ruptura no antigo PP<sup>22</sup>. Assim, passaram a fazer parte da UDN norte-rio-grandense os membros do PP que faziam oposição a Getúlio Vargas, eram eles: Dinarte Mariz, Juvenal Lamartine, José Augusto Bezerra de Medeiros, a família Rosada e Aluizio Alves<sup>23</sup>. Já o PSD era representado por membros do antigo PP que foram interventores ou eram ligados a eles.

---

<sup>20</sup> Vale a pena recordar que durante todo o Estado Novo o PCB esteve na clandestinidade e foi duramente perseguido por Vargas.

<sup>21</sup> Até 1946 os partidos eram nitidamente estaduais.

<sup>22</sup> PP surgiu em 1932, em oposição ao modelo centralizador – as interventorias – do governo Vargas. Sobre o período ver: SPINELLI, José Antônio. *A reação da oligarquia potiguar ao modelo centralizador de Vargas: 1930/1935*. 1989. Dissertação – UNICAMP, São Paulo, 1989.

<sup>23</sup> Posteriormente a família Rosada, em 1951, e Aluizio Alves, em 1960, romperam com a UDN.

As principais lideranças do PSD eram: Theodorico Bezerra, Georgino Avelino e Dioclécio Duarte.

Paralelamente ao PSD e a UDN existiam partidos com uma menor expressão, esse era o caso do PSP. Liderado por Café Filho, que era considerado uma terceira força política no Rio Grande do Norte, o PSP não pertencia às forças políticas oligárquicas que dominavam a política estadual. As oligarquias se dividiam entre a UDN e o PSD.

Nesse contexto de mudanças na estruturação dos partidos, que caracterizou a segunda metade dos anos 1940 e os anos 1950, Djalma Maranhão também mudou. Após 16 anos de militância no PCB<sup>24</sup>, Maranhão passou a militar no cafeísmo. Segundo Góes, era no cafeísmo que estavam “agrupadas as forças progressistas do Rio Grande do Norte, sob a bandeira da luta contra o Estado Novo e o fascismo”.<sup>25</sup> E acrescenta a autor: “o fenômeno típico das lutas das camadas médias urbanas contra as oligarquias da República Velha, no Rio Grande do Norte, se chama cafeísmo.”<sup>26</sup>

A observação de Góes é parcialmente verdadeira. Isso porque, aqui no Rio Grande do Norte os grupos de esquerda, que na época apresentavam como principal bandeira de luta a adoção por parte do Estado de uma política antiimperialista e nacionalista, não eram apenas os cafeístas. A esquerda estava dividida entre o PCB (comunistas) e o PSP (cafeístas independentes<sup>27</sup>). Entretanto, os comunistas naquele momento tinham uma expressão política bem inferior ao cafeísmo.<sup>28</sup>

O cafeísmo no Rio Grande do Norte atingiu seu auge quando Café Filho assumiu a vice-presidência da República. Todavia, o distanciamento de Café Filho, em virtude das novas funções, provocou um impacto negativo no PSP que perdeu sua grande liderança local. Para suprir a ausência de Café Filho, Djalma Maranhão tornou-se o líder local do PSP.

<sup>24</sup> Djalma foi expulso do partido por ter acusado a direção de desonesta. Após sair do partido, reafirmou sua postura marxista-leninista e o compromisso com os trabalhadores, numa carta publicada no jornal A República de 24 de abril de 1946 intitulado: *Carta Aberta ao Povo e ao Proletariado do Rio Grande do Norte*.

<sup>25</sup> GÓES, M. **De pé no chão também se aprende a ler (1961-1964)**. p.15.

<sup>26</sup> *Ibid.*

<sup>27</sup> “Independentes ou progressistas eram aqueles que não se filiavam aos partidos socialistas ou comunistas, mas apoiavam as mudanças estruturais da cidade”. (GÓES, M.C.P. **A aposta de Luiz Ignácio Maranhão Filho**. p.113).

<sup>28</sup> A ascendência ideológica do cafeísmo sobre a classe operária e setores da pequena burguesia e da classe média, [...] [limitava] a capacidade de penetração ideológica e organizativa dos comunistas, obrigando-os a alianças com cafeístas, nas quais em geral se colocavam como força subordinada. (SPINELLI, J.A. **A reação da oligarquia potiguar ao modelo centralizador de Vargas**. p.65).

A escolha de Djalma Maranhão como liderança do PSP não foi um acaso, ele e Café Filho tinham muitos pontos em comum: ambos lutavam pelos trabalhadores, pelas classes populares, pelo nacionalismo, contra o latifúndio e contra a entrada do capital estrangeiro.

O entendimento da relação entre Café Filho e Djalma Maranhão exige que entendamos um pouco da trajetória do primeiro e como essa trajetória influenciou na atividade política de Maranhão.

A história política de Café Filho junto aos trabalhadores antecedeu aos anos 1950. Desde o final dos anos 1920, ele ganhou notoriedade por defender, inicialmente como advogado e depois na organização dos sindicatos, os interesses dos trabalhadores. Sua ação favoreceu para que ele passasse a ser conhecido como o *advogado dos pobres* e tivesse força política para liderar as primeiras greves do Estado<sup>29</sup>. Além de advogado, Café Filho também atuava como jornalista. Foi nessa condição que escreveu diversos artigos opondo-se aos governos da República Velha e apoiando a Coluna Prestes.

Como militante político Café Filho teve papel importante. Nesse sentido, se aliou a ANL e participou de lutas por reivindicações salariais do operariado urbano. Entre essas lutas destaca-se a sua forte participação nas greves. Sua ação militante fez com que os governos oligarcas locais da República Velha o perseguisse. No final dos anos 1920, por exemplo, as perseguições do governador Juvenal Lamartine obrigaram Café a refugiar-se em Recife.

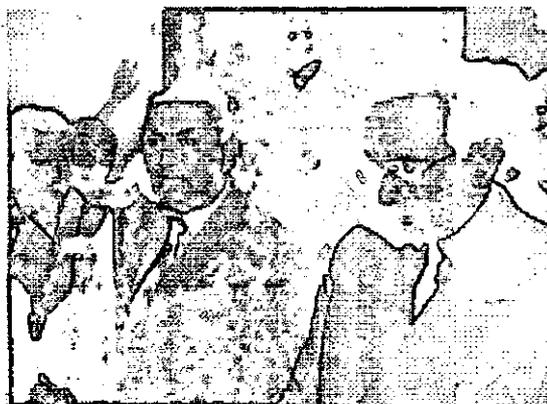
Em 1930, Café Filho participou do movimento revolucionário, o que lhe permitiu assumir, durante a fase das interventorias, a chefia de polícia no Rio Grande do Norte, o que lhe favoreceu na busca de novos aliados. O aumento de sua base possibilitou criação, em 1935, do PSN no estado. Nesse mesmo ano resolveu se candidatar a Deputado Federal numa aliança vitoriosa do PSN com o PSD. Todavia, com a forte repressão imposta por Vargas aos revolucionários participantes da Intentona Comunista, Café Filho passou a fazer oposição a Vargas, o que ocorreu ao longo de todo o Estado Novo. Com a redemocratização Café ressurgiu no cenário político elegendo-se Deputado Federal, pelo PRP<sup>30</sup>, para o mandato de 1946-1950.

Na década de 1950, Café Filho conseguiu fazer ressurgir o PSP e passou a contar com a presença de Djalma Maranhão, que ingressou no partido (Fig. 1).

---

<sup>29</sup> A segunda greve em Natal, ocorrida em 1923, sob liderança de Café Filho, teve a adesão dos estivadores do Porto de Natal, das operárias da Fábrica de Tecidos, dos padeiros e dos trabalhadores de cargas da cidade. (MONTEIRO, D.M. *Introdução à História do Rio Grande do Norte*. p.183-186).

<sup>30</sup> Café Filho disputou as eleições pelo PRP – Partido Republicano Paulista, porque a lei eleitoral da época determinava que os partidos precisavam ter núcleos em pelo menos cinco estados, o que não era o caso do PSN. Adhemar de Barros convenceu Café Filho a candidatar-se pelo PSP, pois atrairia os antigos eleitores do Partido Republicano Paulista. A legenda só elegeu um deputado, e Café Filho rebatizou o PRP para PSP.



Fonte: Arquivo Pessoal de Mailde Pinto Galvão

Fig.1 – Djalma Maranhão e Café Filho

O ressurgimento do PSP coincidiu com as eleições presidenciais de 1951. Vivia-se um novo contexto político nacional e Vargas aparecia no cenário como o candidato das esquerdas. Nessa condição, foi montada uma coligação de partidos, PTB/PSD/PSP, para apoiar a candidatura varguista. Assim Vargas chegou à presidência tendo como seu vice um homem ligado ao movimento operário: Café Filho.

O governo Vargas, iniciado em 1951, foi marcado por fortes crises políticas, que desembocaram no suicídio do presidente em 1954. Diante do suicídio, Café Filho assumiu a presidência da República e passou a exercer grande influência sobre os partidos no Rio Grande do Norte. Assim, conseguiu, por exemplo, unir, em 1954, o PSD e a UDN, compondo uma única chapa para o Senado: Georgino Avelino (PSD) e Dinarte Mariz (UDN). Nessa mesma eleição o PSP não concorreu ao senado, mas conseguiu eleger Djalma Maranhão Deputado Estadual.

Entretanto, nas eleições para governador do estado, em 1955, a aliança PSD/UDN não foi ratificada e cada partido apresentou candidatos próprios. O PSD indicou Jocelim Vilar e a UDN Dinarte Mariz. Diante das candidaturas, as esquerdas também se dividiram. O PCB apoiou o PSD e o PSP, liderado por Djalma Maranhão, apoiou a UDN. O apoio do PSP a UDN estava vinculado a um acordo político que previa que o Prefeito de Natal seria do PSP<sup>31</sup>. Eleito governador, Dinarte Mariz cumpriu o acordo e nomeou Djalma Maranhão<sup>32</sup>. Dois motivos favoreceram a nomeação de Djalma Maranhão:

em primeiro lugar, a nível [sic] nacional a UDN apoiava Café Filho membro do PSP; em segundo lugar, a nível [sic] local, a candidatura de Dinarte Mariz era de oposição

<sup>31</sup> Até 1960 não havia eleição para prefeito de Natal. O cargo era ocupado por indicação do governador do estado.

<sup>32</sup> Para assumir a Prefeitura de Natal Djalma Maranhão licenciou-se da cadeira de deputado estadual para a qual havia sido eleito.

ao governo Sylvio Pedroza, que pertencia ao PSD e a nível [sic] nacional apoiava a candidatura de Juscelino e Jango (PSD/PTB) contra o candidato da UDN.<sup>33</sup>

A vitória da UDN, com Dinarte Mariz, em 1955, não significava o pleno domínio do partido no estado, tendo em vista que o PSD continuava muito forte. Essa foi “a primeira e única vez que os udenistas governaram o Rio Grande do Norte”<sup>34</sup>. O PSD tinha elegido o governador antes de Dinarte e elegeu os governadores depois de Dinarte. Nesse sentido, “O PSD elegeu [...] José Augusto Varela – 1947, Jerônimo Dix-Sept Rosado – 1950 (coligação PSD-PSP-PR) e Aluízio Alves – 1960 (coligação PSD-PTB-PDC)”<sup>35</sup>.

É importante destacar também que entre a UDN e o PSD não existia uma oposição ideológica. Assim é reveladora a análise de Germano. Segundo o autor a disputa entre PSD e UDN era “um confronto entre frações da oligarquia agrária e, por conseguinte, os partidos eram simples expressões nominais, através dos quais os setores oligárquicos se organizavam para a disputa do poder”<sup>36</sup>, na busca de preservar a situação vigente.

Por não apresentarem oposições ideológicas, as alianças da UDN e do PSD com a esquerda eram sempre circunstanciais. Dessa forma, Djalma Maranhão, em momentos diferentes, aliou-se a um ou a outro partido. Em 1956 aliou-se a UDN e apoiou a candidatura Dinarte Mariz para o governo do estado; em 1960 fez alianças com o PSD e apoiou Aluízio Alves para o mesmo cargo. Apesar da origem oligárquica dos dois partidos e dos dois candidatos, eles representaram as forças progressistas do Estado nos momentos específicos em que Djalma Maranhão estabeleceu as alianças.

Em 1956, quando Djalma Maranhão foi indicado Prefeito de Natal, existiram muitas resistências, tanto da própria UDN, quanto do PSD e da Igreja Católica. Esses setores contestavam a indicação de Maranhão com o argumento de que ele tinha uma origem na militância comunista. Dom Eugênio Sales, por exemplo, firmou sua posição contrária, alegando que Maranhão era marxista-leninista e que nessa condição já havia inclusive sido preso durante a sua juventude.<sup>37</sup>

Góes demonstra como o PSD, partido que havia feito oposição a Dinarte Mariz, protestou contra a indicação de Djalma:

<sup>33</sup> GERMANO, J.W. *Lendo e aprendendo: a campanha de de de no chão*. p.68.

<sup>34</sup> TRINDADE, S.L.B. *Uma síntese da abertura política no Rio Grande do Norte*. p.20

<sup>35</sup> GERMANO, J.W. *Op.cit.* p.47.

<sup>36</sup> *Ibid.* p.48.

<sup>37</sup> *Memória sumária do Palácio Felipe Camarão apud Ibid.* p.69.

no dia de sua posse, a primeira página do jornal do PSD é ocupada, toda ela, por anúncio fúnebre: encimada por uma grande cruz, em negrito, a informação do *Infuusto Acontecimento*: um comunista fora nomeado para a prefeitura de Natal.<sup>38</sup>

A nomeação de Djalma Maranhão por Dinarte Mariz mostrava-se realmente contraditória. Isso porque Dinarte Mariz era

uma das mais legítimas lideranças da oligarquia algodoeira-pecuária [do estado], sendo anticomunista ferrenho, tendo mesmo combatido os revolucionários de 1935 na região do Seridó [...]. [Enquanto isso, Djalma, ao contrário, além de ter sido um revolucionário em 1935], se identificava com a causa popular<sup>39</sup>.

Mesmo colocados ideologicamente em campos opostos, Djalma Maranhão e Dinarte Mariz conseguiram manter a aliança política, fixada em 1956, até 1959. Nessa data, Djalma Maranhão renunciou ao cargo de prefeito e assumiu uma cadeira na Câmara Federal, da qual era 1º suplente desde a eleição de 1958, pela legenda do PTN.

Djalma Maranhão assumiu a prefeitura em 1956, mas durante o período em que esteve no exercício do poder se licenciou do cargo algumas vezes, tanto para concorrer a cargos eletivos, quanto para participar de decisões importantes na Assembléia Legislativa, onde tinha um mandato parlamentar. Em uma dessas vezes, em 1958, concorreu a uma cadeira na Câmara Federal pela legenda do PTN. A candidatura pelo PTN ocorreu porque nessa época Djalma rompeu com o PSP, por não concordar com as diretrizes fornecidas nacionalmente pelo paulista Adhemar de Barros, principal líder do partido.

Rompido com o PSP, Djalma recebeu uma proposta de filiação ao PTB, feita por Luís Gonzaga dos Santos que na época era presidente local do partido. Todavia, Maranhão não aceitou a proposta e preferiu o PTN, que na época surgia como uma nova agremiação política no Estado<sup>40</sup>.

Essa mudança de Djalma para o PTN não significou o rompimento com o Governador Dinarte Mariz. A aliança entre Djalma Maranhão e Dinarte Mariz só terminou quando Maranhão deixou o cargo de prefeito da capital e assumiu a cadeira na Câmara Federal em julho de 1959, permanecendo no cargo até 05 de novembro de 1960, quando tomou posse como primeiro prefeito eleito de Natal.

<sup>38</sup> GÓES, M. *De pé no chão também se aprende a ler (1961-1964)*, p.19.

<sup>39</sup> GERMANO, J.W. *Lendo e aprendendo: a campanha de pé no chão*. p.69.

<sup>40</sup> A opção pelo PTN foi porque este partido, na época, apesar de ser pouco conhecido no Nordeste do Brasil, era uma força em São Paulo e em outros estados no sul do país. Nesse sentido, naquele momento o partido que representava os trabalhadores e o nacionalismo e que crescia como força política, era o PTN.

A eleição de 1960 para prefeito de Natal só foi possível por causa da aprovação de um projeto de lei, de âmbito Federal, que garantia autonomia administrativa e política para as capitais. Até então o prefeito das capitais era um cargo de confiança dos governadores dos estados.

Quando assumiu sua primeira administração em 1956, Djalma era Deputado Estadual eleito em 1954. Quando necessário, Djalma licenciava-se do executivo municipal para assumir sua cadeira na Assembléia Legislativa, onde respondia à liderança de Dinarte Mariz. Diversas vezes deixou a prefeitura para assumir o legislativo. Em uma dessas ocasiões, no final de 1958, Djalma Maranhão pretendia votar uma emenda constitucional que daria autonomia administrativa à cidade de Natal, seguindo preceito constitucional de 1946.

A Constituição Federal de 1946 assegurou a autonomia política, administrativa e financeira dos municípios brasileiros, porém, cabia aos estados a criação de dispositivos para garantir a eleição dos prefeitos. O projeto de lei de autonomia administrativa de Natal foi desarquivado por Djalma Maranhão que tomou para si a autoria do projeto. Nessa empreitada, conseguiu por unanimidade a aprovação da lei, “garantindo a realização das primeiras eleições diretas para a Prefeitura do Natal, junto à eleição para governador e vice-governador do Estado em 3.10.60”.<sup>41</sup> Segundo Ticiano Duarte<sup>42</sup>, esse projeto foi aprovado por unanimidade, o que indica que os próprios deputados que faziam oposição a Dinarte apoiaram a iniciativa.

Entretanto, Duarte enfatiza que um dos fatores que estimulou Maranhão a lutar pela autonomia administrativa de Natal foi a sua não eleição para deputado Federal no pleito de 1958. Naquela época, Maranhão era prefeito da capital, mas era um cargo de confiança de Dinarte Mariz, não tendo autonomia de suas decisões. Dinarte, usando de seus poderes, determinou que fossem liberados vários ônibus, que faziam o transporte de passageiros na capital, para atender a outros chefes políticos no interior. Maranhão se viu prejudicado com a decisão, pois:

alegava que não foi eleito porque tiraram os ônibus da cidade no dia e houve uma abstenção que prejudicou muito ele [sic] [...] o compromisso do governo era que não retirasse os ônibus da cidade, pois ele não tinha estrutura para conduzir os eleitores as urnas e se os serviços de transporte tivessem funcionado normalmente, ele teria uma boa votação. [Diante disso] “Djalma [afirmou]: Nenhum governador vai mais nomear o prefeito de Natal.”<sup>43</sup>

---

<sup>41</sup> SILVA, M.G.S. **Djalma Maranhão ou semeador de utopias da transformação social**, p.83.

<sup>42</sup> Entrevista concedida à autora em 21 maio 2003.

<sup>43</sup> Entrevista concedida a autora em 21 maio 2003.

A aprovação da emenda, que garantia eleições diretas para prefeito de Natal, impossibilitou que Maranhão ficasse no cargo até as eleições. Isso porque a lei não explicitava que o prefeito da cidade deixaria de ser nomeado pelo governador apenas quando ocorresse a primeira eleição. Como a lei não estabelecia claramente quem deveria ser o prefeito até as eleições, a Câmara de Vereadores entendeu que quem assumiria a Prefeitura até a eleição seria o seu presidente.

Entretanto, o governo do estado continuou nomeando o prefeito. Assim, Djalma continuou prefeito e nas suas ausências assumiam o cargo, por nomeação de Dinarte Mariz, Moacyr de Góes ou Roberto Furtado. Diante da atitude do governo do estado, a Câmara de Vereadores recorreu ao Supremo Tribunal Federal que julgou o processo favoravelmente aos vereadores, ou seja, assumiria a Prefeitura o Presidente da Câmara, na época o vereador José Pinto Freire, até que fosse eleito o primeiro prefeito.

Dessa forma, Djalma Maranhão teve seu mandato na Prefeitura interrompido e passou a exercer cadeira de deputado federal até novembro de 1960, onde se destacou com integrante da Frente Parlamentar Nacionalista, quando se licenciou do cargo para concorrer às eleições diretas para prefeito de Natal.

Djalma se candidatou com o apoio político dos grupos que estiveram à frente do *Jornal de Natal* e da *Folha da Tarde*. Sua candidatura fazia oposição a Dinarte Mariz, ainda no governo do Estado, e estabeleceu uma aliança política com Aluizio Alves, então dissidente da UDN. Nessa nova aliança Djalma e Aluizio Alves formaram a coligação vitoriosa Cruzada da Esperança (PSD-PDC-PTN).

Assim, Djalma Maranhão tornou-se o primeiro prefeito eleito de Natal em 1960, com uma expressiva vantagem de votos: 21.947 votos, contra 11.228 votos do candidato da UDN, L. Barros. Enquanto isso, Aluizio Alves foi eleito para o governo do Estado com 121.076 votos, contra 98.195 votos obtidos por Djalma Marinho, candidato da UDN e, conseqüentemente, de Dinarte Mariz.

A trajetória política de Djalma Maranhão, iniciada nos anos de 1930 e consolidada nos anos de 1960, foi marcada pelas lutas nacionalistas em prol das classes populares. Passou por partidos que representavam os setores populares e defendiam o nacionalismo. Nesse sentido, Djalma passou pelo PCB, o PSP e o PTN, partidos que possuíam um discurso progressista. Entretanto, foi graças às alianças junto às forças oligárquicas da política local, que Djalma Maranhão pôde por em prática seu discurso político.

## CAPÍTULO 2

### Prefeitura e setores populares: a primeira administração de Djalma Maranhão

Este capítulo tem por objetivo analisar a relação que Djalma Maranhão mantinha com as classes populares, durante a sua primeira administração à frente da Prefeitura de Natal. Nele também demonstraremos que muitas das medidas realizadas no segundo mandato foram iniciadas a partir de idéias lançadas no primeiro governo.

A vinculação de Djalma aos setores populares e ao nacionalismo já acontecia nos anos 1950, mas foi ampliada consideravelmente nos anos 1960. Na sua primeira administração, esta vinculação ocorria de forma tímida, tendo em vista que Djalma Maranhão não havia sido eleito, o que inviabilizava a existência de um governo estruturado a partir das reivindicações populares. Entretanto, apesar dessa limitação, as ações do seu governo junto às classes populares foram tantas que terminaram por dar a Djalma o apelido de *Prefeito do Subúrbio*.

A segunda administração de Djalma Maranhão, iniciada em 1960, foi caracterizada pela participação popular organizada através dos *Comitês Nacionalistas*<sup>44</sup>. Esses comitês eram uma iniciativa de Djalma Maranhão com o intuito de ouvir as demandas da população e, em função delas, decidir, em conjunto com a sociedade, as medidas a serem tomadas. Neles discutiam-se ainda os principais problemas locais e questões políticas nacionais, como o nacionalismo e a luta antiimperialista.

A Idéia dos Comitês antecedeu à segunda administração de Maranhão. Nesse sentido, tanto o rumo da campanha eleitoral de 1960, quanto às metas a serem traçadas para o próximo governo foram discutidas dentro dos Comitês. Foi com base nas reivindicações desses Comitês que Djalma Maranhão definiu a educação e a cultura como as principais metas de seu governo.

Diferentemente do que aconteceu nos anos 1960, quando a participação popular se deu de forma organizada, em 1956, durante a primeira administração de Maranhão, a participação popular foi inexpressiva. Todavia, a educação, a cultura e as ações voltadas à urbanização da cidade eram prioridades nítidas desde a primeira administração.

Na primeira administração, Djalma Maranhão teve grande dificuldade para efetivar sua opção em favor das classes populares. A prefeitura não possuía autonomia administrativa e financeira, o que dificultava a tomada de qualquer iniciativa sem o aval do governo do

---

<sup>44</sup> “Os Comitês eram organizados por ruas e por bairros [...] que reuniam moradores de uma rua ou de um bairro não somente para participarem da campanha política, mas também para discutirem problemas, fossem locais ou não. [...] numa cidade que em 1960 contava com uma população de 154.276 habitantes, existiam cerca de 240 desses Comitês [...] – GERMANO, J.W. *Lendo e aprendendo: a campanha de pé no chão*. p.72

Estado. Como o governo do Estado estava a serviço dos interesses dos grupos dominantes, pouco sobrava para as ações junto às classes populares.

O planejamento e a implementação de obras a longo prazo, por exemplo, por parte da Prefeitura, era extremamente difícil. Tal situação aparecia como um obstáculo às ações da Prefeitura em prol das classes populares, na medida em que as obras necessárias a essa parcela da sociedade exigiam recursos indisponíveis no município.

Todavia, Maranhão em seu primeiro governo procurou sintonizar seu discurso às ações possíveis de serem realizadas. O discurso do prefeito era nitidamente favorável ao nacionalismo. E, assim sendo, esse discurso sempre esteve presente em seus comícios; em seus artigos nos jornais locais; nas diretrizes que estabelecia para os órgãos de imprensa que dirigia; nos eventos em que promovia a cultura local, nos quais valorizavam as festas e danças tradicionais.

Nesse sentido, apesar das dificuldades, Maranhão realizou, dentro de suas limitações, algumas ações voltadas aos setores populares, entre as quais pode-se destacar a Reforma Administrativa do município, que favoreceu para a regularização dos serviços da Prefeitura. Até a administração de Maranhão, a prefeitura não possuía uma organização dos serviços prestados à comunidade. Naquela época existia uma estrutura formal de trabalho no município, mas ela era muito pouco eficiente<sup>45</sup>.

Formalmente a estrutura era muito pequena e na prática quase inoperante. Legalmente a Prefeitura estava montada apenas com a *Secretaria de Negócios Internos e Jurídicos* como único órgão centralizador de todas as atividades. A essa secretaria estavam subordinadas quatro Diretorias: Obras; Finanças; Saúde e Assistência<sup>46</sup>; Documentação e Cultura.

Ao tomar posse, Maranhão percebeu a necessidade de reestruturar administrativamente o município. Assim, por intermédio do Decreto nº 329, de 25 de junho de 1956<sup>47</sup>, adotou a Reforma Administrativa, com a implementação das seguintes medidas: manutenção da *Secretaria de Negócios Internos e Jurídicos*; criação de duas novas secretarias: a *de Viação e Obras* e a *de Finanças*; criação da chefia de gabinete, com status de

---

<sup>45</sup> Roberto Furtado, Secretario de Negócios Jurídicos da Prefeitura na primeira administração de Maranhão, em depoimento à autora, afirmou que existiam os órgãos, mas não existia a estrutura para que eles funcionassem. Exemplificando essa situação, Furtado afirmou: “existia um chefe de gabinete, mas não existia um gabinete montado que atendesse, por exemplo, os officios do prefeito”. (Entrevista concedida a autora em 19 maio 2003).

<sup>46</sup> A saúde pública, era de competência do Estado, a Prefeitura tinha um programa exclusivo para atendimento de funcionários. Para tanto o poder municipal contava em seu quadro funcional com um médico: O Dr. Luiz Antônio dos Santos Lima. A ele competia prestar assistência aos servidores municipais e suas famílias no âmbito de sua especialização. (Entrevista concedida a autora em 19 maio 2003; DIÁRIO DO MUNICÍPIO, 10 ago. 1956).

<sup>47</sup> DIÁRIO DO MUNICÍPIO, 27 jul. 1956; 01,05 e 10 ago. 1956.

secretaria; estruturação e fornecimento para condições de funcionamento das diretorias já existentes<sup>48</sup>; criação de sete diretorias subordinadas a Secretaria de Negócios Internos: diretoria de Expediente, diretoria de Pessoal, diretoria do Teatro Carlos Gomes, diretoria do Arquivo e a diretoria da Consultoria Jurídica. Com as medidas adotadas o prefeito passou a contar com quatro auxiliares diretos: os secretários de Negócios Internos e Jurídicos, de Finanças, de Viação e Obras e o Chefe de Gabinete. A Reforma Administrativa favoreceu para melhor direcionar as ações desenvolvidas pela Prefeitura.

Posteriormente, Maranhão, por meio da Lei n.648, de 08 de janeiro de 1957<sup>49</sup>, acrescentou à estrutura da Prefeitura a Diretoria de Ensino Municipal. Esta diretoria ficaria subordinada à Secretaria de Negócios Internos e Jurídicos e contaria em sua estrutura com um Diretor e um Assessor Técnico Municipal. A criação dessa Diretoria possibilitou a criação do Ensino Público Municipal, inicialmente efetivado em um programa de escolinhas<sup>50</sup>.

Antes da administração Maranhão, o ensino público em Natal era da competência exclusiva do Governo do Estado. Como não havia uma ação desse governo em prol da educação, boa parte da população não tinha acesso à escola. Segundo Omar Pimenta<sup>51</sup>, a capital contava, em 1956, com apenas dez escolas estaduais destinadas ao ensino elementar. Além dessas escolas, existia apenas a Escola Técnica do Comércio<sup>52</sup>, e mais cinco escolas privadas, sendo quatro religiosas – Marista, das Neves, o Salesiano, o Imaculada Conceição – e a Escola Doméstica. Para ministrar o ensino posterior ao nível elementar a cidade contava apenas com a Escola Normal, destinada à formação de professores.

O número de Grupos Escolares em Natal continuava insuficiente na década de 1960<sup>53</sup>, conforme demonstrou Moacyr de Góes, então Secretário de Educação do Município, ao apresentar uma comunicação no I Congresso Nacional de Alfabetização e Cultura Popular, realizado no Recife, em 1963.<sup>54</sup>

<sup>48</sup> Vale a pena ressaltar a reorganização da Diretoria de Documentação e Cultura, que passou a organizar as manifestações populares com o intuito de favorecer para que a cultura fosse promovida na cidade.

<sup>49</sup> DIÁRIO DO MUNICÍPIO, 08 jan. 1957.

<sup>50</sup> O Programa de Escolinhas foi idealizado pelo prefeito Djalma Maranhão e o seu chefe de gabinete, na época, Moacyr de Góes.

<sup>51</sup> Entrevista concedida a autora em 16 maio 2003.

<sup>52</sup> A Escola Técnica do Comércio ministrava suas aulas no turno noturno, pois estava voltada para os trabalhadores.

<sup>53</sup> Ainda nos anos 1960 era função do Estado a criação dos Grupos Escolares. Pelos dados informados por Pimenta e Góes podemos perceber que esse número praticamente foi inalterado dos anos 1940 aos anos 1960, apesar do aumento significativo da população. Nesse sentido, população da cidade em 1940 era de 54.836 habitantes; em 1950 era de 103.215 e no início dos anos 1960 de 160 mil habitantes. (GÓES, M. **De pé no chão também se aprende a ler (1961-1964)**. p. 20).

<sup>54</sup>Ibid. p.69

O Programa de Escolinhas, “criado sob o lema *De Pé no Chão Também se Aprende a Ler*”<sup>55</sup>, foi uma iniciativa da primeira administração de Maranhão destinada a suprir essa insuficiência numérica dos Grupos Escolares e, ao mesmo tempo, fornecer uma educação de boa qualidade às classes populares. O programa oferecia o curso primário, leigo e gratuito aos alunos mais carentes da população. As escolinhas seriam instaladas preferencialmente na periferia e subúrbios da cidade. Natal, então, passou a ter dois tipos de estabelecimentos destinados ao ensino público primário: os Grupos Escolares da rede estadual, e as Escolas Municipais, as *Escolinhas*.

Segundo Omar Pimenta,<sup>56</sup> só no primeiro ano de funcionamento do Programa, 1957, existiam 127 escolinhas. Esse número foi ampliado no segundo ano para mais de 200 estabelecimentos. Segundo Ticiano Duarte<sup>57</sup>, o programa de escolinhas na primeira gestão Djalma Maranhão foi o início da Campanha *De Pé no Chão Também se Aprende a Ler*, destinada a alfabetização de jovens e adultos, que foi implementada na segunda administração de Maranhão. Moacyr de Góes, ao falar das Escolinhas Municipais, afirma:

A primeira fase do ensino municipal de alfabetização data da primeira administração de Djalma Maranhão (1956-1959) e foi retomada logo em 1961[...]. [Para o funcionamento das escolinhas] a Prefeitura utiliza salas cedidas pela comunidade, gratuitamente, e aí instala uma classe de alfabetização. As despesas da Prefeitura são um pequeno *pro labore* para a “professorinha”; material didático doado aos alunos; toscas carteiras fabricadas na carpintaria municipal e utensílios para servir a merenda que é fornecida pelo UNICEF. Salas, água e energia elétrica são contribuições de sindicatos, igrejas, clubes, associações de bairros, de folclore e até residências particulares e cinemas que abrigam essas classes de alfabetização.<sup>58</sup>

O sucesso do *Programa de Escolinhas* pôde ser percebido pouco tempo depois de iniciado. Nesse sentido, pouco mais de dois meses do início do programa, o jornal *A República* publicava a seguinte manchete: “PROSSEGUE A CAMPANHA CONTRA O ANALFABETISMO - JÁ EM FUNCIONAMENTO DEZENOVE ESCOLINHAS MUNICIPAIS”.<sup>59</sup>

O *Programa de Escolinhas* apresentava uma estrutura simples, tendo em vista que a Prefeitura não possuía recursos para a construção de escolas. As salas de aula eram formadas

<sup>55</sup> A REPÚBLICA, 31 dez. 1958.

<sup>56</sup> Entrevista concedida a autora em 16 maio 2003.

<sup>57</sup> Entrevista concedida a autora em 21 maio 2003.

<sup>58</sup> GÓES, M. *De pé no chão também se aprende a ler (1961-1964)*. p.70.

<sup>59</sup> A REPÚBLICA, 26 jan. 1957.



em espaços cedidos por organizações comunitárias, clubes, igrejas, residências particulares e até mesmo nas próprias casas das professoras.

Logo no início do programa as escolinhas foram instaladas nas seguintes localidades:

Rua Jundiás, 128 (Carrasco); Rua São Jorge (Sede do Rio Grande Futebol Clube – Rocas); Rua Santo Antônio (Sede do Irapuan Futebol Clube – Quintas); Rua dos Paianazes (Sede da União dos Servidores Públicos do RN – Alecrim); Rua Mário Lira (Sede dos Imperadores do Samba – Quintas); Rua São José, 266 (Sede de amplificadores São José – Quintas); Av.4 (Sede da Amplificadora Cruzeiro do Sul – Bairro da Conceição); Bairro de Nova Descoberta; Rua Lucas Bicalho, 98 (Rocas); Rua dos Canindés, 1318 (Alecrim); rua Cel. Estevam, 1722 (Alecrim); Rua da Lua, 33 (Sede dos Arrumadores das Docas do Porto (Rocas); rua Presidente Mascarenhas, 668 (Alecrim); rua 25 de Março, 65 (Quintas); rua Cel. Estevam, 1637 (Alecrim) e Localidade de Pium.<sup>60</sup>

Ao observarmos os locais de instalação das escolinhas, podemos perceber que os principais bairros favorecidos com o programa foram os bairros habitados por populações de baixa renda. Dessa forma, foram priorizados os seguintes bairros: Alecrim, Rocas, Carrasco e Nova Descoberta. Nesses bairros as escolas funcionavam em residências, clubes carnavalescos, clubes de futebol, associação de servidores públicos e associação de trabalhadores.

Ao diagnosticarmos a diversidade de espaços que abrigavam as escolinhas, podemos inferir que a participação popular, ainda que tímida, era perceptível na administração de Maranhão. Apesar da prefeitura não possuir recursos financeiros suficientes para construção de prédios escolares, apesar do prefeito não ter sido eleito e de uma série de dificuldades próprias do período, podemos afirmar que a comunidade percebia a sintonia dos seus interesses com os da Prefeitura. Tal percepção pode ser constatada na facilidade encontrada pelo poder municipal em conseguir salas de clubes, igrejas, associações comunitárias e outros espaços para abrigar as escolinhas.

Segundo Omar Pimenta<sup>61</sup>, a orientação pedagógica do programa era muito difícil de ser efetivada, pois eram poucas as professoras habilitadas para o magistério e essas poucas já tinham emprego garantido. Buscando reverter esse quadro, a prefeitura contratava estudantes da Escola Normal e de outras escolas secundárias, como o Atheneu, para exercer essa função. Cada uma dessas estudantes ficava encarregada da orientação pedagógica de dez escolas em cada bairro. Assim, por exemplo, uma estudante ficava encarregada de dez escolas no bairro

<sup>60</sup> A REPÚBLICA, 23 jun. 1957.

<sup>61</sup> Entrevista concedida a autora em 16 maio 2003.

das Rocas, caso o bairro não tivesse as dez escolas a estudante complementar suas escolas nos bairros vizinhos.

Somente na segunda gestão de Maranhão, quando foi implementada a *Campanha De Pé no Chão Também se Aprende a Ler*, foi criada uma Secretaria Municipal de Educação e as professoras passaram a receber orientação e apoio técnico-pedagógico de forma mais sistematizada. Esse novo processo de orientação se deu a partir da criação do Centro de Formação de Professores que tinha como objetivo capacitar professores para atender as necessidades da campanha. Segundo Góes, o Centro de Formação “era a cúpula pedagógica e ponto irradiador de todas as atividades da Campanha de *Pé no Chão Também se Aprende a Ler*”.<sup>62</sup>

Com a criação do Ensino Primário Municipal, através das Escolinhas Municipais, procurou-se mudar o quadro do ensino público que não atendia toda a população. Entretanto, apenas na segunda gestão, o programa de ensino da prefeitura se desenvolveu em proporções bem maiores e passou a atender não só as crianças, mas aos jovens e aos adultos. A ampliação do público atendido pela educação municipal, ocorrido na segunda gestão Maranhão, se deu sobretudo em virtude do aumento de recursos que a Prefeitura passou a contar. O programa das Escolinhas Municipais da primeira administração era muito restrito, pois não tinha condições financeiras para abranger a grande parcela de analfabetos e crianças que não tinham escolas.

Outro aspecto relevante na primeira administração de Maranhão e que mostra sua opção para com as classes populares diz respeito à cultura. Ao elaborar a Reforma Administrativa o prefeito reorganizou a *Diretoria de Documentação e Cultura*, dando-lhe um novo enfoque. A Diretoria passou a dar oportunidade aos grupos folclóricos, aos escritores e as pessoas ligadas à cultura popular.

Djalma Maranhão tinha um interesse especial pelas manifestações culturais do povo e, sendo assim, procurou adotar medidas que conduzissem, por um lado, a democratização da cultura com a preservação de tradições e manifestações populares da cidade; e, por outro, a satisfação e o divertimento da população.

Para dirigir essa política cultural na Diretoria de Documentação e Cultura, Maranhão escolheu o jornalista Sandoval Wanderley, que desde os anos 1920 lutava ao lado Café Filho em favor dos interesses dos trabalhadores. Assim, sob a direção de Wanderley, foram organizados na cidade, durante a primeira administração de Maranhão, Festivais de folclore;

---

<sup>62</sup> GÓES, Moacyr. 2 Livros de Djalma Maranhão no exílio. p.107.

lançamento de livros; feira de livros; festas juninas; ciclos natalinos; organização das festas e blocos carnavalescos; apresentação de retretas e outras atividades semelhantes.

No desenvolvimento das ações culturais Maranhão procurava democratizar a cultura, unindo em eventos públicos a elite intelectual e o povo. Assim sendo, em 1956,

decide realizar uma programação cultural no histórico Forte dos Reis Magos, cabendo ao escritor Câmara Cascudo o relato da História do Forte. O folclorista Veríssimo de Melo apresentou a parte sobre a dança folclórica – Babelô -. Dança típica dos pescadores da praia de Areia Preta – localizada nas proximidades desse Forte. Aos pescadores – moradores dessa praia – caberia dançar o Babelô.<sup>63</sup>

A programação realizada no Forte, por exemplo, era uma real tentativa de reunir povo e elite, todavia é necessário enfatizar que essa tentativa não estava inserida em um projeto do município, tratava-se de uma ação isolada.

O prédio da Diretoria de Documentação e Cultura, localizado no bairro do Alecrim, abrigava também a Biblioteca Municipal, o Museu de Arte Popular Câmara Cascudo e a Discoteca Municipal. A biblioteca, o museu e a discoteca, criados igualmente na primeira administração, estavam inseridos no mesmo objetivo de democratização da cultura. Segundo Roberto Furtado<sup>64</sup> a Biblioteca Municipal, criada por Maranhão, foi a primeira da cidade, pois antes de 1958 não havia biblioteca pública. Durante muito tempo essa foi à única biblioteca de Natal.

Outra prova de que Natal não tinha outra biblioteca até aquele período é o artigo do jornalista Jurandir Navarro, intitulado *A nossa biblioteca*, publicado no Jornal *A República*, em 1957. No texto o jornalista fazia um apelo ao Governador Dinarte Mariz:

A capital figura entre as raras dos Estados da União que são desprovidas de uma biblioteca pública do Estado. Assim sendo, torna-se indispensável intensificarmos a campanha pró-construção, quanto antes, da casa de estudos do povo potiguar. [...] Várias edificações e atos o povo exige do seu governador: justiça, amparo à pobreza desprotegida, casas de saúde, escolas superiores, o Fórum e uma biblioteca.<sup>65</sup>

Tal artigo nos conduz a afirmar que, provavelmente, não havia biblioteca tanto em Natal, quanto nas outras cidades do Rio Grande do Norte.

<sup>63</sup> SILVA M.G.S. *Djalma Maranhão ou semeador de utopias da transformação social*. p.74.

<sup>64</sup> Entrevista concedida a autora em 19 maio 2003.

<sup>65</sup> A REPÚBLICA, 24 mar. 1957.

Maranhão, ainda na primeira administração, procurou dar apoio financeiro às tradições populares. Assim, festas juninas (Fig. 2), ciclos natalinos, carnavais e outros festejos populares passaram a ser patrocinados pela prefeitura e realizados nos bairros populares da cidade, tais como, Alecrim; Quintas; Ponta Negra; Rocas e Areia Preta.

Como exemplo do apoio financeiro da Prefeitura para estimular os grupos populares pode-se citar o caso da fundação, em 1956, na residência de Luís da Câmara Cascudo, da sociedade *Araruna*, destinada a reunir danças antigas e desaparecidas. Essa sociedade era “A primeira [...] desse gênero, no norte do Brasil, pois, entidade semelhante só exist[ia] no Rio Grande do Sul: *O Grupo 35*”. A prefeitura também doou o prédio que seria a sede da sociedade *Araruna*.<sup>66</sup>

Quanto à literatura, os escritores locais ganhavam incentivo municipal através das publicações de seus trabalhos, o que favoreceu para a abertura de novas perspectivas para a produção literária do Estado. Nesse sentido, pode-se citar a publicação da plaquete, intitulada *Apresentação de Babelô*, de autoria do folclorista Veríssimo de Melo. Pode-se ainda recordar o convite feito a Cascudo, por ocasião do 357º aniversário da fundação da cidade, “para escrever um volume sobre *Onomástica da Cidade de Natal*, dando informações históricas sobre os nomes que batizam as avenidas, ruas, praças, travessas, bairros, etc.”<sup>67</sup>. Finalmente é possível fazer referência a I Feira de Livros ocorrida na capital, que movimentou as livrarias da cidade.

Outra atividade cultural realizada durante a primeira administração de Maranhão foram os *Festivais de Folclore* que reuniam os diversos grupos da cidade nos bairros e ruas:

Fandango, na rua dos Canindés, no Alecrim; Baianas, na rua São Geraldo nas Quintas; Lapinha, no Bairro São Sebastião; Pastoril, em Lagoa Seca; Boi Calemba, na Lagoa Seca; Chegança, no Bairro Boa Sorte (Morro Branco); Babelô Aza Branca, no Alecrim; Chegança, em Petrópolis, na rua do motor; Babelô de Calizto, em Petrópolis; Pastoril, em Igapó; Fandango, em Barreiro; Congos de Saiotes, acompanhado de rebeca, em Rego Moleiro; Congos de Calçolas em Ponta Negra e Boi Calemba, de Ponta Negra.<sup>68</sup>

Esses festivais demonstravam o interesse de Maranhão em estimular as tradições no seio das populações menos abastadas.

<sup>66</sup> A REPÚBLICA, 25 set. 1956.

<sup>67</sup> Ibid.

<sup>68</sup> Ibid., 01 dez. 1957.



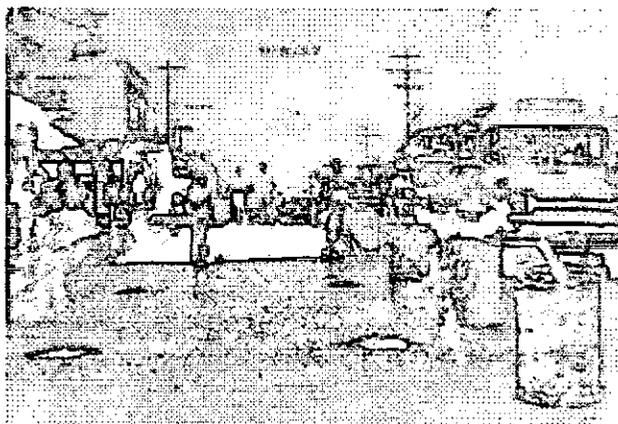
Fonte: site – [www.site.dglnet.com.br](http://www.site.dglnet.com.br)

Fig.2 – Djalma Maranhão participando de uma festa junina

No tocante às medidas de urbanização realizadas por Maranhão, na primeira administração, nossas buscas aos jornais e aos *Diários do Município*<sup>69</sup>, demonstraram que parte do orçamento da Prefeitura era destinado à pavimentação e emplacamento de ruas, além de outras obras mais amplas de urbanização, tais como, a criação do Bosque Municipal de Natal; a instalação de Mercados Públicos; a construção de galerias pluviais nos bairros da Ribeira, de Petrópolis e do Tirol, para evitar o alagamento das vias públicas; o calçamento de ruas e avenidas; o embelezamento das praças.

Em relação às medidas de urbanização adotadas por Maranhão, merece destaque o Programa de calçamento *Proprietário dá a Pedra a Prefeitura Mão de Obra* (Fig.3). Isso porque a partir desse programa, a Prefeitura conseguiu pavimentar, em curto tempo, várias ruas em Natal. Para se ter idéia da eficiência do programa, basta lembrar que, quando Maranhão assumiu em fevereiro de 1956 e no início de julho do mesmo ano, já existiam em Natal 23 ruas calçadas. Os recursos para a pavimentação das ruas, como o próprio nome do Programa sugere, eram obtidos pela parceria entre prefeitura e moradores. A prefeitura pagava a mão-de-obra e o material para fixação das pedras no solo, o morador comprava apenas a pedra. Nos lugares mais pobres, onde os moradores não tinham recursos, nem a prefeitura tinha condições de realizar a obra sozinha, as ruas eram pavimentadas apenas com barro. Nesse caso, foram construídas pela Prefeitura, com colaboração dos moradores, 97 estradas de barro nos subúrbios.

<sup>69</sup> Os *Diários do Município* vinham publicados no jornal *A República*.



Fonte: site – [www.dglnet.com.br](http://www.dglnet.com.br)

Fig.3 – Asfaltamento das primeiras ruas em Natal

Segundo Roberto Furtado<sup>70</sup>, na época secretário de Negócios Internos e Jurídicos, Djalma Maranhão iniciou o asfaltamento das ruas na cidade, pois a cidade só era asfaltada na parte que se chamava de pista, ou seja, aquele espaço na “avenida Hermes da Fonseca do aeroporto [, em Parnamirim,] até perto da Praça Pedro Velho. [...] era o único asfalto”.<sup>71</sup>

Outros melhoramentos urbanísticos de Natal também foram realizados, como: a construção da Avenida do Contorno; a abertura da Avenida Mário Negócio, nas Quintas, que forçou a desapropriação de casas; a construção da rodoviária na Ribeira; a construção e iluminação de logradouros; a iluminação de ruas e praças públicas, como por exemplo, as praças Pe. João Maria, João Tibúrcio, Carlos Gomes, Gentil Ferreira, e outras; o início da construção da Via Costeira, que chegou até o Farol de Mãe Luíza, abrindo ali uma estrada de barro.<sup>72</sup>

Além dessas ações, é importante ressaltar a preocupação de Djalma Maranhão em fazer uma administração transparente. Nesse sentido, realizava a prestação de contas da sua administração através de um programa de rádio chamado *O Prefeito Presta Contas ao Povo*.

Ao apresentarmos as ações de Maranhão durante a primeira administração, percebemos nitidamente que o Prefeito, apesar das inúmeras dificuldades, conseguiu estabelecer relações com os setores populares de Natal, estabelecendo uma sintonia entre seu discurso e sua prática. Entretanto, é necessário destacar que apesar das ações desenvolvidas e das próprias diretrizes estabelecidas por Maranhão, deve-se considerar a inexistência de um plano sistematizado para o município. As ações aconteciam, mas eram feitas sem um planejamento efetivo, algo que só aconteceu na segunda administração.

<sup>70</sup> Entrevista concedida a autora em 19 maio 2003.

<sup>71</sup> Entrevista concedida a autora em 19 maio 2003.

<sup>72</sup> Entrevista concedida a autora em 19 maio 2003.

### CAPÍTULO 3

#### **Os encaminhamentos favoráveis às classes populares nas administrações de Djalma Maranhão**

O objetivo deste capítulo é perceber os canais de comunicação entre a Prefeitura de Natal e as classes populares, durante as administrações de Djalma Maranhão. Tais canais possibilitaram a consolidação de uma gestão pública voltada para os interesses das camadas menos favorecidas da sociedade, fato inédito nos governos instalados, ao longo dos anos, na cidade.

Explicitamos na introdução desta monografia que encontramos vários trabalhos referentes a Djalma Maranhão, de forma geral, ou ao seu governo e suas realizações, especificamente, em diversas bibliotecas da UFRN, tais como, na biblioteca Central Zila Mamede; nas bibliotecas setoriais dos programas de Pós-Graduação em Educação e Ciências Sociais; no Núcleo de Estudos Históricos.

Ao apresentarmos essa constatação, evidenciamos que todos esses trabalhos se referiam a Djalma Maranhão ou ao seu governo, no período compreendido entre 1960, quando teve início sua segunda administração, e 1964, quando foi deposto do cargo pelo regime militar.

As obras de Moacyr de Góes e Willington Germano, por exemplo, são fundamentais para a compreensão dos anos 60 em Natal, de forma ampla, e sobre a segunda administração de Djalma Maranhão, em particular. Entretanto, sobre a primeira administração, encontramos raras informações, geralmente em notas de rodapé.

Todavia, ao fazermos um paralelo entre as duas administrações, observamos vários pontos comuns, o que nos leva a considerar que a obra de Maranhão precisa ser considerada no seu conjunto. A segunda administração, que tem recebido maior atenção por parte dos pesquisadores e da imprensa, foi resultante de muitos trabalhos iniciados no primeiro governo.

Nesse sentido, podemos explicitar alguns pontos comuns entre as duas administrações: os assessores de Maranhão eram praticamente os mesmos; as ações voltadas à educação e a cultura dos setores populares; o estímulo à participação popular nas ações do governo.

Entre os assessores de Maranhão que trabalharam nas duas administrações podemos citar: Moacyr de Góes (Chefe de Gabinete na primeira gestão e Secretário de Educação na segunda); Ticiano Duarte (foi Diretor do Ensino Municipal na primeira administração e Chefe de Gabinete na segunda); Roberto Furtado (Secretário de Negócios Internos e Jurídicos no

primeiro governo e Secretário de Finanças no segundo governo); Omar Fernandes Pimenta (Assessor Técnico do Ensino Municipal nas duas administrações).

No tocante as ações voltadas à educação e a cultura das classes populares, podemos encontrar semelhanças nas duas administrações. Nesse sentido, no primeiro governo tivemos o Programa das *Escolinhas* e, no segundo governo, a campanha *De Pé no Chão Também se Aprende a Ler*<sup>73</sup>.

Na verdade pode-se afirmar que essa campanha foi um aperfeiçoamento das Escolinhas Municipais, surgidas na primeira administração. As duas ações têm em comum o fato de desenvolverem propostas educacionais voltadas, sobretudo, para as classes populares. As dificuldades presentes na primeira administração, já demonstradas no capítulo 2 deste trabalho, não permitiam maior amplitude das escolinhas. Todavia, foi a partir delas que a campanha *De Pé no Chão* atingiu boa parte dos analfabetos da cidade.

No Capítulo 2 também evidenciamos que, em 1960, os Comitês Nacionalistas foram decisivos desde a preparação da segunda administração de Maranhão. Assim, esses Comitês participaram ativamente da campanha eleitoral e da elaboração do programa de governo.

Após assumir o segundo governo, Maranhão reafirmou o compromisso com os Comitês, passando a governar a partir das reivindicações deles advindas. Isso significa que o Prefeito encontrou um canal legítimo para se comunicar com os setores populares, representados nos Comitês. Assim, profissionais – como funcionários públicos; estudantes; pescadores e outros – e entidades – entre elas, Igreja; associações de bairro; clubes – passaram a ser ouvidos e atendidos, pelo poder público, a partir das reivindicações discutidas nos Comitês.

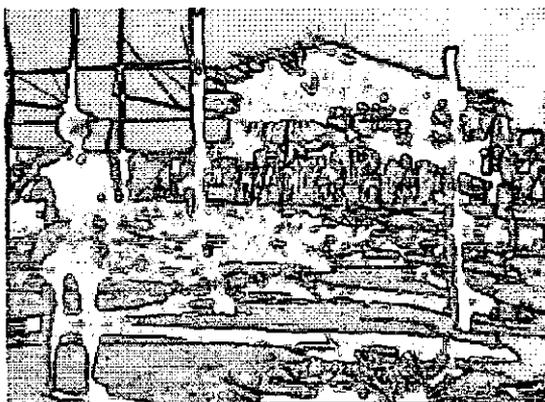
Foi a partir dos Comitês, por exemplo, que a população natalense passou a discutir intensamente nos diversos bairros um sério problema encontrado pela Prefeitura: a dificuldade para a construção de novos prédios que abrigassem escolas. Isso porque, em 1960, Natal possuía 60.254 analfabetos numa população de 160 mil habitantes, dos quais 35.810 eram crianças e 24.444 adultos.<sup>74</sup> Dessa forma, a Prefeitura desejava fornecer uma educação de qualidade, mas não tinha orçamento suficiente para construir as escolas que a população necessitava.

---

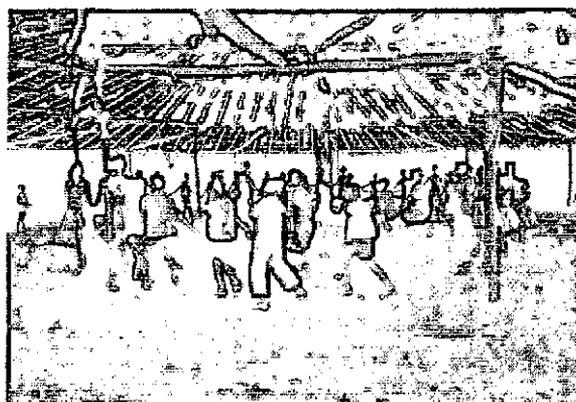
<sup>73</sup> Segundo Germano a origem do nome Campanha de *Pé no Chão Também se Aprende a Ler* surgiu de uma reportagem feita pelo jornalista expedito Silva. No texto o jornalista deixava evidente que a partir daquele momento todos poderiam estudar: sem fardas, com qualquer roupa e até sem calçado. (GERMANO, J.W. p. 102)

<sup>74</sup> GÓES, M. *De pé no chão também se aprende a ler (1961-1964)*. p.66.

Dos Comitês foram surgindo idéias e concretizada uma sugestão, acatada pelo município: a construção de escolas municipais aconteceria por etapas. Assim, inicialmente, as escolas seriam edificadas sem paredes, com chão de barro batido e teto de palhas de coqueiro, seriam os Acampamentos Escolares (Fig.4-5). Numa segunda fase, quando o ensino já estivesse disponível a todos e a Prefeitura já tivesse capitalizado mais recursos, os Acampamentos seriam transformados em prédios escolares<sup>75</sup>. Ao adotar, por sugestão dos Comitês, a construção de Acampamentos Escolares como solução para a falta de escolas, a prefeitura inovou e deu oportunidade aos que não encontravam vagas disponíveis nos estabelecimentos escolares já existentes.



Fonte: site – [www.dglnet.com.br](http://www.dglnet.com.br)  
Fig.4 – Local do antigo Acampamento das Rocas



Fonte: Arquivo pessoal de Mailde Pinto Galvão  
Fig.5 – Recreação no Acampamento escolar

A Prefeitura, na segunda administração Maranhão, chegou a construir 20 escolas de alvenaria, com recursos do Ministério da Educação, mas quando foi deflagrado o Golpe de 1964 e, conseqüentemente, ocorreu a deposição do prefeito, o município não pôde continuar as construções. Além disso, as vinte escolas já construídas foram cedidas para associações espíritas, núcleos de escoteiros, Associação Norte-rio-grandense de Imprensa.<sup>76</sup>

Semelhante ao que ocorria com os Comitês, que se mostravam um canal de diálogo entre Prefeitura e classes populares, a campanha *De Pé no Chão Também se Aprende a Ler* se constituiu igualmente num espaço de participação. Assim, por exemplo, nos acampamentos escolares, localizados nos bairros, podiam ser encontrados o desenvolvimento de trabalhos que envolviam toda a população.

<sup>75</sup> Os Acampamentos Escolares abrigariam muito mais alunos do que as Escolinhas da primeira administração. Uma Escolinha só conseguia matricular no máximo 40 alunos, já os Acampamentos poderiam receber mais de mil. Esse era o caso dos Acampamentos das Rocas e do Carrasco que recebiam, respectivamente, 1.266 e 1.347 alunos. (GERMANO, J.W. *Lendo e aprendendo: a campanha De Pé no chão*. p.108).

<sup>76</sup> *Ibid.* p. 124.

Nesse sentido, nos Acampamentos podia-se encontrar: a participação dos pais, jovens e adultos na campanha *De Pé no Chão Também se Aprende uma Profissão* (Fig.6), que se caracterizava pela oferta por parte escola de oficinas profissionais (costura, barbearia, sapataria e outras); reuniões do Círculo de Pais e Professores, destinadas a discussão dos problemas vividos pela comunidade<sup>77</sup>; bibliotecas rotativas, nas quais os livros utilizados eram doados pela população e passavam por todos os acampamentos.<sup>78</sup>



Fonte: site – [www.dglnet.com.br](http://www.dglnet.com.br)

**Fig.6 – De Pé no Chão Também se Aprende uma Profissão  
Oficina de Alfaiataria**

Além das atividades que envolviam toda a comunidade, a própria organização dos Acampamentos tinha preocupação em estabelecer vínculos entre prefeitura e comunidade. As *professorinhas*, como eram chamadas, por exemplo, moravam no mesmo bairro dos alunos. Isso evitava o gasto com o transporte e, ao mesmo tempo, permitia que a professora pudesse ensinar o aluno a partir da realidade que ela vivenciava no seu cotidiano.

Ao longo das administrações de Maranhão, a Prefeitura procurou vincular suas ações à defesa do nacionalismo, a luta contra o latifúndio e contra o imperialismo. Porém, na segunda gestão essa vinculação pôde se estabelecer de forma mais contundente. Nesse aspecto, observando-se a campanha de *Pé no Chão Também se Aprende a Ler*, constata-se sua inspiração nacionalista. O lema da campanha, *Escola brasileira com dinheiro brasileiro*, já deixava nítido a intenção do poder municipal usar recursos nacionais para construir escolas,

<sup>77</sup> Os Círculos funcionavam como catalisadores dos problemas que atingiam a todos. Era um espaço para discussão dos problemas locais que atingiam a todos. Não era um espaço restrito à discussão de pais e professores sobre a educação de crianças. (Ibid.p.114).

<sup>78</sup> Cada biblioteca era rotativa, mas possuía em seu acervo cem livros. Cada livro ficava no Acampamento por apenas um mês, a partir daí circularia por outras bibliotecas semelhantes. Isso significa que por ano cada biblioteca oferecia, no mínimo, mil livros de leitura.(GOES, M. *2 livros de Djalma Maranhão no exílio*. p.116).

numa evidente contraposição a Aluízio Alves, na época Governador do Rio Grande do Norte, que usava dinheiro da Aliança para o Progresso<sup>79</sup> para a construção de escolas.

Aliás, as divergências entre Alves e Maranhão no campo ideológico sempre foram marcantes. Enquanto Aluízio fazia acordos com a *Aliança para o Progresso* para conseguir recursos destinados as obras do governo, Djalma, por defender o nacionalismo e a luta antiimperialista, argumentava que era obrigação do poder público encontrar caminhos que levassem a independência do povo.

A busca por um governo comprometido com o nacionalismo estava perfeitamente sintonizada com as lutas da esquerda naquele momento. Vivia-se um momento de forte nacionalismo e Maranhão buscava na sua prática administrativa usar essa inspiração. Segundo Germano as concepções nacionalistas, no Rio Grande do Norte, naquele momento estavam centradas:

[no] combate ao imperialismo, principalmente dos EUA; [no] reconhecimento da existência de uma relação de dominação entre nações onde umas sugam as riquezas das outras; [na] condenação das remessas de lucros para o exterior, que conjuntamente favorecem o subdesenvolvimento do país e a exploração do povo.<sup>80</sup>

A idéia de Djalma era governar procurando adotar medidas que favorecessem o rompimento dos laços de dominação e estimulassem o processo de libertação do povo. Assim, a vinculação de Djalma Maranhão aos setores populares e ao nacionalismo foi comum durante as suas gestões, mas foi ampliada nos anos 1960 em razão da sua condição de prefeito eleito, que lhe garantia autonomia política e administrativa. Desde os anos 1950 essa vinculação já acontecia, através dos comícios, dos jornais que dirigia e de eventos, como *A Semana Nacionalista*<sup>81</sup>. Porém, nos anos 1960 o momento era propício para ações maiores.

<sup>79</sup> A Aliança para o Progresso era uma política criada pelos EUA que financiava os países latinos americanos para a realização de reformas a fim de superarem seu subdesenvolvimento, porém, “as verbas da Aliança para o Progresso [...] constituíram apenas um dos instrumentos com que o imperialismo norte-americano jogou para conter ou esmagar qualquer revolução”, evitando revoluções socialistas como a ocorrida em Cuba. (BANDEIRA, Moniz. *Presença dos Estados Unidos no Brasil: dois séculos de história*. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980. p.447).

<sup>80</sup> GERMANO, J.W. *Lendo e aprendendo: “a campanha De Pé no Chão”*. p.80.

<sup>81</sup> A Semana Nacionalista foi um evento promovido pelo partido em que Djalma era filiado, na época o PTN, para divulgar sua campanha para as eleições para Deputado Federal. Foi uma semana de comícios, palestras e apresentações culturais.

Em linhas gerais, detectamos na nossa investigação que o nacionalismo era o elemento inspirador das ações municipais pautadas na participação popular. Foi assim que se originaram, por exemplo, os Comitês Nacionalistas. Podemos ainda afirmar que foram discussões surgidas nesses Comitês que, por um lado, possibilitaram, a construção de escolas públicas para os habitantes da periferia e, por outro lado, estimularam a participação da população nos Acampamentos. Essas escolas, construídas sob a égide da democracia, trouxeram tantos impactos positivos para a população natalense, que durante todo o período em que Maranhão esteve prefeito foi sempre crescente a procura por escolas<sup>82</sup>. Todavia, é necessário perceber que apesar dos frutos positivos da campanha, ela foi extinta pelo regime militar, que se apossou do poder a partir de 1964, com o argumento de que eram instrumento de subversão.

Por intermédio da cultura o governo Maranhão também criou canais de comunicação com as classes populares. Desde a primeira administração encontramos ações culturais que almejavam estimular a participação popular, mas na segunda gestão essas ações se consolidaram. Segundo Góes, a política cultural do município a partir de 1960 estava muito vinculada à campanha *De Pé no Chão*. Isso porque a Prefeitura propunha que as escolas se abrissem às comunidades para o desenvolvimento de atividades diversas. Porém, informa ainda Góes, que a cultura em muitas ocasiões ocupou espaços próprios.<sup>83</sup>

A cultura esteve vinculada à campanha, quando foram adotados projetos populares nas escolas. Mais que isso podemos afirmar que o ponto de referência da cultura era a campanha, na qual os elementos da cultura e da educação se confundiam. Entretanto, como mostra Góes, algumas vezes ocupavam espaços não específicos da campanha. Foram nesses espaços que surgiram: Congressos e seminários; bibliotecas populares; programações das praças de cultura (Fig.7); museu de arte popular Câmara Cascudo; teatrinho do povo; edições populares de livros; promoções culturais; política de valorização do folclore e outros.<sup>84</sup>

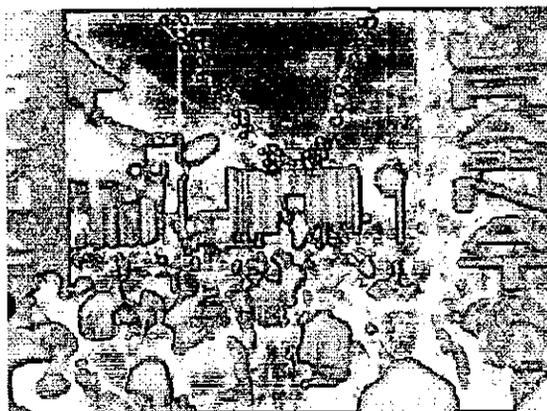
No tocante às bibliotecas populares, elas eram utilizadas não apenas com a função de disponibilizar livros para leitores. Essas bibliotecas, localizadas nos bairros, eram espaços destinados ao intercâmbio de conhecimento. Nelas o leitor poderia trocar livros, tomar emprestado e fazer doações. O seu funcionamento só se efetivava porque elas contavam com

<sup>82</sup> Para se ter idéia do aumento de alunos nas escolas pode-se citar a seguinte informação: em novembro de 1960 as escolinhas municipais atendiam a somente 2.974 alunos, já em março de 1961 esse número saltou para 5.249 e em outubro do mesmo ano para 8.120 alunos. (GERMANO, J.W. *Lendo e aprendendo: a campanha De Pé no Chão*. p.106).

<sup>83</sup> GÓES, M. *De pé no chão também se aprende a ler (1961-1964)*. p.96.

<sup>84</sup> Góes 96.

o apoio da população. Na época, inclusive a Prefeitura divulgava a seguinte idéia: “O livro que está sobrando na sua estante, é o livro que está faltando nas mãos do povo”.<sup>85</sup>



Fonte: site – [www.dglnet.com.br](http://www.dglnet.com.br)

Fig.7 – Praça de Cultura

Em relação à valorização do folclore, ocorreu uma aproximação entre a prefeitura e os grupos folclóricos. Nesse sentido, o município procurou estimular os grupos desativados e passou a demonstrar a importância do folclore na vida de um povo. Para tanto, por um lado, foram organizados festivais de folclore; e, por outro, foram incentivadas as festas juninas, as festas carnavalescas e os ciclos natalinos.

Além das manifestações específicas do folclore a Prefeitura ainda promoveu uma série de outros eventos, tais como, a I Feira de Livros; a Semana do Cinema; as publicações de livros de autores locais.

Todas as manifestações culturais presentes na cidade terminaram redundando numa organização cultural de Natal. A idéia central da cultura, na gestão de Maranhão, não era a criação de espetáculos para serem assistidos pelo povo, mas sim adoção de atividades que estimulassem o povo participar, discutir e se identificar com elementos culturais da sociedade local.

Ao terminarmos este capítulo esperamos ter explicitado os canais de comunicação existentes entre Maranhão e as classes populares. Ao percebermos a tentativa de criação desses canais podemos inferir que durante as suas administrações ele esteve junto à população carente da cidade. A preocupação do Prefeito era atender aos interesses dessa parcela da população ou, pelo menos, amenizar os problemas por ela enfrentados.

<sup>85</sup> GÓES, M. 2 livros de Djalma Maranhão no exílio. p.149.

## CONCLUSÃO

A proposta deste trabalho nos levou a perceber a importância de analisarmos a obra de Djalma Maranhão em seu conjunto. A relação povo e Prefeitura em suas administrações apresentaram peculiaridades não repetidas por qualquer outro administrador da cidade. Maranhão realmente conseguiu gerir o município criando canais para a participação e o melhoramento econômico, político e social das classes populares.

Entretanto, mostramos nesta monografia que o segundo período administrativo de Maranhão foi, até hoje, muito mais analisado por estudiosos do que o primeiro. Assim sendo, procuramos sair dessa análise e centrar nossa investigação na busca por elementos que nos levasse a compreender a totalidade da obra administrativa do ex-prefeito.

Obviamente não podemos minimizar a gestão iniciada por Maranhão em 1960. Isso porque, esse período é, realmente, um momento bastante peculiar na história do Rio Grande do Norte. Afinal de contas existia um prefeito comunista administrando a cidade, por meio de um governo popular, voltado para as classes populares.

Todavia, a análise da primeira administração de Maranhão também demonstrou ser extremamente rica. Vivia-se outro momento político, mas o seu discurso e a sua prática em prol das classes populares e do nacionalismo já se fazia presente. Mostramos no trabalho que, prefeito nomeado em 1956 pelo governador Dinarte Mariz, Djalma Maranhão era uma espécie de funcionário do governo, estava sob tutela do Estado. Poderia ser demitido ou substituído a qualquer momento. Nessa condição, não havia a possibilidade de planejar, desenvolver políticas, implementá-las em um determinado período, colocar em pauta o que seria prioridade. A primeira administração “teve muito a feição do aqui e agora”.<sup>86</sup> Até porque o governo foi muito curto: de 1º de fevereiro de 1956 a maio de 1959.

Rememorando a primeira administração de Djalma Maranhão, Moacyr de Góes demonstra as limitações presentes no governo:

Natal, 1956. Djalma Maranhão. Prefeito nomeado pelo Governador Dinarte Mariz. Eu, seu Chefe de Gabinete. Um mês depois, ele já queria inaugurar obras.

Aturdido com a velocidade da administração, eu reclamei:

- Djalma, vá mais devagar!

- Não posso. Não sei quanto tempo Dinarte vai segurar os reacionários que querem me tirar da Prefeitura. Tenho que deixar uma marca de administrador.<sup>87</sup>

<sup>86</sup> Entrevista concedida a autora em 12 junho 2003.

<sup>87</sup> GOES, 2 Livros de Djalma Maranhão no exílio, p.67

As ações desenvolvidas na primeira administração aconteceram na insegurança de não se saber até quando Djalma Maranhão continuaria no poder. Mesmo assim, com poucos recursos e sem autonomia administrativa, ele conseguiu por em prática a sua opção em governar pelas classes populares, através de campanhas simples e de custos baixos. Assim, uma série de realizações foram alcançadas em favor das classes populares, tais como: as *Escolinhas Municipais*; o programa de calçamento de ruas; os Mercados Públicos; os Festivais de Folclore. Além da preocupação com os setores menos favorecidos, Maranhão ainda se preocupava em fazer uma administração transparente, realizando assim a prestação de contas da sua administração através de um programa de rádio chamado *O Prefeito Presta Contas ao Povo*. Essa preocupação com a transparência naquele contexto era extremamente inovadora.

Em suma, a primeira administração se caracterizou pelas primeiras tentativas de estimular a participação das classes populares nas ações do município.

Já a segunda administração, insere-se num contexto bem diferente da primeira. Os anos de 1960 foram palco de intensas agitações políticas e de forte produção cultural. Contestava-se o latifúndio, que impossibilitava as mudanças sociais; a burguesia nacional aliada ao capital estrangeiro; organizavam-se as ligas Camponesas e os sindicatos rurais.

No Nordeste, particularmente, existia um intenso processo de lutas dos trabalhadores contra o atraso econômico da região em relação ao Centro-Sul do país. Naquele momento surgiam movimentos defendendo os interesses populares, tais como: o MEB, o MCP.

Nesse contexto, ao assumir a Prefeitura, em 1960, Maranhão encontrou um clima muito mais favorável à participação popular. Assim, já no período pré-eleitoral conseguiu organizar os Comitês Nacionalistas, que inicialmente tinham por meta a discussão de estratégias para a campanha. Posteriormente esses Comitês passaram a ser o principal canal de comunicação entre os problemas enfrentados pela população e as prioridades do governo.

Uma das ações mais expressivas executadas por Maranhão e planejadas nos Comitês foi a campanha *De Pé no chão também se aprende a ler*. Essa campanha transformou-se em um dos vários movimentos populares mais importantes da época, pois, enquanto outros movimentos do período se originavam em entidade civis, como a UNE e a igreja católica, a campanha se consolidava por iniciativa do poder público. Isso demonstrava que a ação política de Maranhão almejava fortalecer as organizações populares e desenvolver ações junto às populações mais pobres.

Somente com a campanha *De Pé no Chão Também se Aprende a Ler* e com a criação dos Acampamentos Escolares, que recebiam mais de 1000 alunos por acampamento, foi

possível enfrentar o problema do analfabetismo e chegar às várias localidades pobres da cidade.

Entretanto, a campanha como um todo, foi além da questão da alfabetização, significando uma mudança positiva para as classes populares. Além de alfabetizada, a população aprendia um ofício nas oficinas dos acampamentos; politizava-se nas discussões no Centro de Pais e Professores e nos Comitês; encontravam recreação e acesso à cultura, através das bibliotecas populares, das praças de cultura espalhadas nos bairros da cidade, do Museu de Arte Popular, dos festejos populares comemorados no decorrer do ano, dos Festivais de Folclore e demais eventos culturais promovidos pela Diretoria de Documentação e Cultura.

As administrações de Djalma Maranhão foram favoráveis às classes populares na medida em que governou para elas. Levou escolas para o subúrbio da cidade, pavimentou as ruas, promoveu a cultura popular levando divertimento e cultura à população e divulgando as tradições locais: as danças, festas, o folclore. Foi também inovador, pois conseguiu viabilizar campanhas mesmo sem recursos financeiros, através de alternativas baratas, como por exemplo, os Acampamentos Escolares levantados sem paredes, com o chão de barro batido e telhado de palhas de coqueiro.

## FONTES E BIBLIOGRAFIA

### Fontes

### Jornais

A REPÚBLICA, Natal, 24 abr. 1946, p.10.

A REPÚBLICA, Natal, 1956-1959.

JORNAL DE NATAL, Natal, jul./dez. 1958.

### Entrevistas

Mailde Pinto Galvão - Titular da Diretoria de Documentação e Cultura na segunda administração de Djalma Maranhão. 14/05/03.

Omar Fernandes Pimenta - Assessor Técnico do Ensino Municipal na primeira administração. 16/05/03.

Roberto Furtado - Secretário de Negócios Internos e Jurídicos na primeira administração e Secretário de Finanças na segunda administração. 19/05/03.

Ticiano Duarte - Diretor do Ensino Municipal da primeira administração e Chefe de Gabinete na segunda. 21/05/03.

Moacyr de Góes - Chefe de Gabinete na primeira administração e Secretário de Educação na segunda. 12/07/03.

### Bibliografia

BANDEIRA, Moniz. **Presença dos Estados Unidos no Brasil: dois séculos de história.** 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980. (Estudos brasileiros, v.25).

BEZERRA, Lauro Gonçalves. **Majó Theodorico, o imperador do sertão.** Natal: RN/Econômico, 1982.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

CARVALHO, Maria Elizete Carvalho. **Memórias da campanha de pé no chão...1961-1964: o testemunho dos participantes**. 2000. Tese (Doutorado) – UFRN, 2000.

COSTA, Homero de Oliveira. **A reforma política no Brasil & outros ensaios**. Natal: Sebo Vermelho, 2001.

FÁVERO, Osmar (Org.). **Cultura popular e educação popular: memória dos anos 60**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

FELIPE, José Lacerda Alves. **A (re)invenção do lugar: os Rosados e o “País de Mossoró”**. João Pessoa: Grafiset, 2001.

FURTADO, João Maria. **Vertentes: memória**. Rio de Janeiro: Graf. Olímpica, 1976.

GALVÃO, Mailde Pinto. **1964: aconteceu em abril**. Natal: Clima, 1994.

GERMANO, José Willington. **Lendo e aprendendo: a campanha de pé no chão**. São Paulo: Autores Associados; Cortez, 1982. (Coleção teoria e prática sociais).

GÓES, Maria Conceição Pinto de. **A aposta de Luís Ignácio Maranhão Filho: cristãos e comunistas na construção da utopia**. Rio de Janeiro: Reavan; Ed. da UFRJ, 1999.

GÓES, Moacyr. **De pé no chão também se aprende a ler (1961-1964): uma escola democrática**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 1991.

\_\_\_\_\_. **2 Livros de Djalma Maranhão no exílio**. Natal: Artiprint, 2000.

LINHARES, Maria Yedda (Org.). **História geral do Brasil**. 5.ed. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

MARANHÃO, Djalma. **Cartas de um exilado**. Natal: Clima, 1984.



- MARANHÃO, Marcos. **Pensamento político: discursos parlamentares**. Natal: CERN, 1985.
- MEIHEY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de história oral**. 4.ed. São Paulo: Edições Loyola, 2002.
- MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito municipal brasileiro**. 11.ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2000.
- MONTEIRO, Denise Mattos. **Introdução à história do Rio Grande do Norte**. Natal: EDURN, 2000.
- MOURA, Francisca Zuilma Rocha de. **Mensageiros da transformação: a educação popular no Rio Grande do Norte (1960-1964)**. 2002. Monografia (Graduação em História) – Departamento de História - Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2002.
- PAIVA, Vanilda Pereira. **Educação popular e educação de adultos: contribuição à história da educação brasileira**. 5.ed. São Paulo: Edições Loyola, 1987.
- QUEIROZ, Maria Isaura de. **Variações sobre técnica de gravador no registro da informação viva**. São Paulo: T.A. Queiroz, 1991.
- SILVA, Justina Iva de Araújo. **Estudantes e política: estudo de um movimento (RN 1960-1969)**. São Paulo: Cortez, 1989.
- SILVA, Maria da Guia de Souza. **Djalma Maranhão ou semeador de utopias da transformação social. 1999**. Dissertação (Mestrado em Educação) – UFRN, Natal, 1999.
- SPINELLI, José Antônio. **A reação da oligarquia potiguar ao modelo centralizador de Vargas: 1930/1935**. 1989. Dissertação – UNICAMP, São Paulo, 1989.
- TRINDADE, Sérgio Luiz Bezerra. **Uma síntese da abertura política no Rio Grande do Norte**. Natal: Departamento Estadual de Imprensa, [s.d].